



**Análise do Desempenho na Administração Pública com
recurso a Rácios Financeiros:**

O caso do Município de Matosinhos

Aquilino Joaquim Tavares Correia

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Contabilidade e Finanças

Porto – 2015

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



**Análise do Desempenho na Administração Pública com
recurso a Rácios Financeiros:**

O caso do Município de Matosinhos

Aquilino Joaquim Tavares Correia

**Dissertação de Mestrado
apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do
Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças,
sob orientação de Mestre Ana Covas**

Porto – 2015

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

Resumo:

O objetivo geral deste trabalho é a Análise do Desempenho na Administração Pública com recurso a Rácios Financeiros (Caso do Município de Matosinhos).

Neste estudo iremos fazer uma análise económica e financeira do Município de Matosinhos avaliando seu o desempenho nos períodos de 2011 a 2014 e também, iremos analisar alguns fatores que influenciam a estrutura de capital dos 12 Municípios de grande dimensão e o seu desempenho.

Quanto à análise económica e financeira do Município de Matosinhos, os resultados mostram, que a curto prazo é possível afirmar que o Município de Matosinhos se encontra numa situação favorável em termos de liquidez, com uma boa margem de segurança, ou seja, consegue solver os compromissos a curto. Verifica-se que o Município de Matosinhos ao longo do quadriénio foi recorrendo cada vez menos a capitais alheios para conseguir financiar os seus ativos, tendência positiva em termos do equilíbrio da estrutura financeira municipal.

Tentando confirmar a existência ou inexistência de uma relação entre a estrutura de capital (endividamento) e o desempenho (rendibilidade do ativo) com os fatores que as influenciam, foi realizada uma análise de correlação não paramétrica de Spearman com recurso ao SPSS versão 21.

Ao contrário da hipótese formulada e das conclusões chegadas em grande parte dos estudos efetuados, verifica-se a existência de uma relação negativa a um nível de significância de 5%, entre o nível de endividamento e a dimensão do Município. Quanto a relação o entre o endividamento com composição do ativo e a rendibilidade do ativo, os resultados não são satisfatórios, mostram uma inexistência da relação entre o endividamento e esses fatores.

Verifica-se uma correlação positiva para um nível de significância de 1% entre a rendibilidade do ativo e crescimento, ou seja, os Municípios com maior taxa de crescimento apresentam uma maior rendibilidade do ativo. Este resultado confirma-se a nossa hipótese 4. Porém, em relação a associação positiva entre a rendibilidade do Município e a sua dimensão, os resultados evidenciaram uma inexistência de qualquer relação entre as variáveis.

Palavras chave: Análise Económica e Financeira, Rácios, Matosinhos, Endividamento, Análise do desempenho.

Abstract:

The aim of this work is the Performance Analysis in Public Administration using Financial Ratios (In case of the Municipality of Matosinhos).

In this study we will do an economic and financial analysis of the City of Matosinhos evaluating your performance in the periods 2011 to 2014 and also, we will examine some factors that influence the capital structure of 12 large municipalities and their performance.

As for economic and financial analysis of the City of Matosinhos, the results show that in the short term it can be said that the City of Matosinhos is in a favorable situation in terms of liquidity, with a good margin of safety, that is, can solve the appointments short. It appears that the City of Matosinhos over four years has been using less and less the debt capital to be able to finance their assets, positive trend in terms of the balance of the municipal financial structure.

Trying to confirm the existence or non-existence of a relationship between the capital structure (debt) and the performance (return on assets) with the factors that influence them, a nonparametric Spearman correlation analysis using the SPSS version 21 was held.

Unlike formulated hypothesis and conclusions reached in large part of the studies conducted, it turns out the existence of a negative relationship at a significance level of 5% from the level of debt and the size of the municipality. As for the relationship between the debt with the asset composition and return on assets, the results are not satisfactory, show a lack of relationship between debt and these factors.

A positive correlation for a significance level of 1% between the return on assets up checks and growth, ie the municipalities with highest growth rate have a higher return on assets. This result confirms our hypothesis 4. However, compared to a positive association between the profitability of the Municipality and its size, the results showed an absence of any relationship between the variables

Keywords: Economic Analysis and Financial Ratios, Matosinhos, Debt, performance analysis.

Dedicatória

Aos meus Pais
e
Aos meus irmãos

Agradecimentos

Esta dissertação resulta da minha vontade de querer saber sempre mais, de uma busca pelo conhecimento e atualização e, de abraçar desafios que, à partida não me parecem fáceis. Chegar aqui significa o virar de mais uma página da minha vida, mais um desafio superado.

Gostaria de agradecer a todos, que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação.

Agradeço à minha orientadora, Mestre Ana Covas, pelas sugestões, esclarecimentos ao longo da elaboração desta dissertação.

Aos meus amigos e colegas, Luís Barbosa, José Fernandes, Francisco Freitas, Jaisa Gonçalves, Marco Rodrigues, entre outros, ao longo desta etapa, me acompanharam nesta longa e dura caminhada.

Ao Manuel Freitas pela consideração, estima, amizade e pelos conselhos dados ao longo do meu percurso académico no ISCAP.

A toda minha família, em especial, aos meus Pais e aos meus irmãos, pelo apoio necessário para alcançar este objetivo.

Por fim, agradeço à minha Tia, Celina Fernandes pelo apoio durante toda a minha trajetória académica.

Lista de Abreviaturas

CA - Composição do Ativo

CE - Custos Extraordinários

CF- Custos Financeiros

CIPPs - Cobertura de Imobilizado por Capitais Permanentes

CIPpróprios - Cobertura de Imobilizado por Capitais Próprios

CO - Custos Operacionais

CMM - Câmara Municipal de Matosinhos

CMVMC - Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

CP - Curto Prazo

CSD: Cobertura Serviço Dívida

DF - Demonstrações Financeiras

DIM - Dimensão

END - Endividamento

INE - Instituto Nacional de Estatística

LG - Liquidez Geral

LI - Liquidez Imediata

LR - Liquidez Reduzida

MLP - Médio e Longo Prazo

PE - Proveitos Extraordinários

PF - Proveitos Financeiros

PMR - Prazo Médio de Recebimento

PMP - Prazo Médio de Pagamento

PO - Proveitos Operacionais

PRD - Período de Recuperação da Dívida

RENT - Rendibilidade do Ativo

Índice geral

Resumo:	ii
Abstract:	iii
Dedicatória	iv
Agradecimentos	v
Lista de Abreviaturas.....	vi
Índice de tabelas	x
Índice de gráficos	xi
Índice de Quadro.....	xi
Índice de fórmulas	xii
Introdução	1
Capítulo I – Fundamentação Teórica.....	3
I.1 Análise Financeira e a Gestão Financeira.....	3
I.2 O gestor financeiro e a tomada de decisão	4
I.3 Análise Económico e Financeira	5
I.3.1 Utilizadores da análise financeira.....	6
I.3.2 Instrumentos para Análise Económico e Financeiro	6
I.3.3 Técnicas para a análise Económica e Financeira.....	7
I.3.3.1 Rácios.....	8
I.3.3.1.1 Classificação dos Rácios.....	9
I.3.4 Vantagens e Desvantagens da utilização dos Rácios	18
II. Capítulo II - Análise económico-financeira nas autarquias locais	20
II.1 Anuário dos Municípios Portugueses	20
III. Capítulo III – Metodologia	23
III.1 Enquadramento do Município de Matosinhos	23
III.1.1 O Concelho de Matosinhos	23
III.1.1.1 Município de Matosinhos.....	23
III.1.1.2 Missão, Valores e Princípios	24
III.1.1.3 Estrutura Orgânica	24

III.1.1.4	Executivo Municipal.....	25
III.1.1.5	Organização Contabilística.....	25
III.2	Metodologia de Investigação	26
III.3	Objetivos do estudo	28
III.4	Hipóteses de investigação	28
III.5	Amostra.....	31
III.6	Recolha de Dados	32
III.7	Tratamento de Dados e Técnicas Estatísticas	32
IV.	Capítulo IV – Apresentação e Discussão dos Resultados.....	34
IV.1	Análise económica e Financeira do Município de Matosinhos.....	34
IV.1.1	Análise da Liquidez do Município de Matosinhos	34
IV.1.2	Análise do equilíbrio financeiro do Município de Matosinhos no período 2011-2014	35
IV.1.3	Análise da evolução dos Custos e Proveitos	39
IV.1.4	Análise da Rendibilidade e da Independência Financeira	41
IV.1.5	Análise da Estrutura de Capital e Desempenho Financeiro dos Municípios de grande dimensão.....	45
IV.1.5.1	Análise descritiva.....	47
IV.1.5.2	Análise Inferencial	48
a)	Teste de de <i>Kruskal-Wallis</i>	49
b)	Teste de <i>Spearman</i>	50
V.	Conclusão	53
VI.	Bibliografia	56
	Anexos	63
	Anexo 1:	63
	Apêndices.....	67
	Apêndice 1: Ativo Total	67
	Apêndice 2: Passivo Total.....	67
	Apêndice 3: Capital Próprio.....	68
	Apêndice 4: Resultado Líquido	68
	Apêndice 5: Imobilizado Líquido	69
	Apêndice 6: Capitais Permanentes	69
	Apêndice 7: Dívidas a Curto Prazo	70

Apêndice 8: Dívidas a Médio e Longo Prazo	70
Apêndice 9: Receitas Próprias do Município de Matosinhos.....	71
Apêndice 10: Evolução da Estrutura Financeira	72
Apêndice 11: Peso das receitas próprias com a população	72
Apêndice 12: Rácios de Autonomia Financeira e Solvabilidade do Município de Matosinhos	73
Apêndice 13: Rácios de Cobertura de Imobilizado por Capitais Permanentes (CIPPs) e Cobertura de Imobilizado por Capitais Próprios (CIPPróprios) do Município de Matosinhos.	73
Apêndice 14: Rácios de Endividamento de MLP e Endividamento de Curto Prazo (Matosinhos).....	73
Apêndice 15: Teste de <i>Kruskal-Wallis</i>	74
Apêndice 16: Análise da Liquidez	75
Apêndice 17: Hipóteses e o Sinal esperado	75

Índice de tabelas

Tabela 1: Evolução dos Custos.....	39
Tabela 2: Evolução dos Proveitos.....	40
Tabela 3: Rácios calculados para os Municípios de grande dimensão	46
Tabela 4: Análise descritiva de 2011	47
Tabela 5: Teste da normalidade.....	49
Tabela 6: Teste de <i>Kruskal-Wallis</i>	50
Tabela 7: Teste de Correlação de <i>Spearman</i>	51

Índice de gráficos

Gráfico 1: Equilíbrio Financeiro a Curto Prazo.....	34
Gráfico 2: Autonomia Financeira e Solvabilidade	36
Gráfico 3: Cobertura de Imobilizado por Capitais Permanentes e Cobertura de Imobilizado por Capitais Próprios	37
Gráfico 4: Endividamento de Curto Prazo e Endividamento de Médio e Longo prazo.....	38
Gráfico 5: Rendibilidade do Ativo (Resultado Líquido /Ativo Total)	42
Gráfico 6: Rendibilidade do Ativo (R. Operacional /Ativo Total)	43
Gráfico 7: Independência Financeira	44
Gráfico 8 Peso das receitas próprias com a população.....	45

Índice de Quadro

Quadro 1: Variáveis utilizadas no estudo.....	31
Quadro 2: Amostra (Municípios)	32

Índice de fórmulas

Fórmula 1: Liquidez geral	10
Fórmula 2: Liquidez reduzida	11
Fórmula 3: Liquidez imediata	11
Fórmula 4: Margem bruta	12
Fórmula 5: Rendibilidade do ativo	13
Fórmula 6: Rendibilidade Capital próprio	13
Fórmula 7: Rendibilidade operacional das vendas	13
Fórmula 8: Rendibilidade líquida das vendas	14
Fórmula 9: prazo médio de recebimento	14
Fórmula 10: Prazo médio de pagamento	15
Fórmula 11: Prazo médio de existência	15
Fórmula 12: Rotação existências	15
Fórmula 13: Rotação ativo	15
Fórmula 14: Autonomia Financeira	16
Fórmula 15: Solvabilidade	16
Fórmula 16: Endividamento	17
Fórmula 17: Estrutura de Endividamento	17
Fórmula 18: Período de recuperação da dívida	17
Fórmula 19: Cobertura serviço dívida	18
Fórmula 20: Independência financeira	18

Introdução

1. Objetivo

Este trabalho tem como objetivo geral a Análise do desempenho na Administração Pública com recurso a Rácios Financeiros: O caso particular do Município de Matosinhos.

O objetivo geral apresentado concretiza-se nos seguintes objetivos específicos:

- 1) Análise da liquidez do Município de Matosinhos no período de 2011-2014.
- 2) Análise do equilíbrio financeiro (a médio e longo) do Município de Matosinhos no período de 2011-2014.
- 3) Análise da evolução dos custos e dos proveitos do Município de Matosinhos para o período de 2011-2014.
- 4) Análise da rendibilidade e da independência financeira do Município de Matosinhos para o período 2011-2014.
- 5) Análise da estrutura de capital (endividamento) e desempenho financeiro (rendibilidade do ativo) dos 12 Municípios de grande dimensão.
- 6) Análise das relações existentes com alguns determinantes que influenciam a estrutura de capital e o desempenho financeiro.

2. Motivação e justificação do tema

O interesse por este tema tem por base a sua atualidade e relevância, no sentido de que, cada vez mais, existe a necessidade de um maior controlo a nível económico e financeiro, sendo particularmente importante a investigação da gestão dos bens públicos.

Este tema apresenta-se pertinente uma vez que vai permitir avaliar a situação económica e financeira a nível municipal bem como analisar a veracidade e utilidade das teses que sustentaram a relação entre a Estrutura de Capital /Desempenho e os fatores que a influenciam.

A revisão da literatura permitiu identificar um conjunto de estudos dos quais surgem *outputs* que podem ser utilizados para construir os rácios que avaliam o desempenho económico e financeiro.

Segundo Oliveira (2012), avaliar o desempenho de um Município é uma tarefa com um elevado grau de complexidade, dada a existência de várias vertentes que podem ser tidas em conta, que vão desde as políticas sociais, económicas e financeiras.

Sendo a minha formação de base a contabilidade e as finanças, tenho particular apetência por desenvolver competências adicionais na área de gestão financeira, bem como, conhecer a realidade económica e financeira do Município da minha área de residência.

3. Hipóteses de Investigação

Para alcançarmos os objetivos, orientamos a nossa investigação segundo as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: Existe uma associação positiva entre a dimensão do Município e o seu nível de endividamento;

Hipótese 2: Existe uma associação negativa entre a rentabilidade e o nível de endividamento;

Hipótese 3: Quanto maior for o valor dos ativos do Município maior será o seu nível de endividamento;

Hipótese 4: Existe uma associação positiva entre a rentabilidade do ativo e o crescimento do Município;

Hipótese 5: Existe uma associação positiva entre a rentabilidade do ativo e da dimensão.

4. Estrutura da Dissertação

A dissertação é composta pelos seguintes capítulos:

Introdução: onde se apresenta os objetivos do estudo, apresentando as motivações que estiveram na base da sua escolha, a justificação do tema e as hipóteses formuladas.

Capítulo I – Fundamentação teórica, abordando os principais aspetos conceituais relacionados com a temática em estudo.

Capítulo II – Neste capítulo será abordado a análise económico-financeiro a nível local, referindo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

Capítulo III – Neste capítulo será abordado a metodologia utilizada.

Capítulo IV – Iremos analisar os resultados obtidos.

Finalmente serão explicitadas as principais conclusões do estudo, as suas limitações e sugestões para futuras investigações.

Capítulo I – Fundamentação Teórica

Com a finalidade de enquadrar o presente estudo, iremos abordar primeiramente os principais aspetos conceituais relacionados com a temática em causa.

I.1 Análise Financeira e a Gestão Financeira

Segundo Alves (2004, p.10), a análise financeira é definida como sendo “ a atividade que prepara e dá suporte à gestão financeira da entidade, ou seja, consiste na aplicação de metodologias para interpretar, caracterizar e dominar acontecimentos e previsões relativos aos meios financeiros à disposição da entidade para o desenvolvimento das suas atividades”.

De acordo com Neves (2007), a análise financeira avalia criticamente os objetivos da função financeira, identificando e analisando os principais fluxos da entidade de modo a assegurar o seu normal funcionamento.

Segundo Martins (2004, p.20), a análise financeira “equivale à realização de uma radiografia da empresa numa perspetiva de evolução temporal detetando pontos fortes e pontos fracos e propondo medidas que ultrapassem possíveis fraquezas detetadas”.

Resumindo, pode dizer-se que a análise financeira é um processo assente num conjunto de técnicas que visam avaliar e interpretar a situação económico-financeira de uma entidade.

De acordo com Robinson (2015), o objetivo primordial da análise financeira é o de fornecer dados e informações sobre o desempenho e a situação financeira da entidade, incluindo informações sobre a rentabilidade, lucros e fluxos de caixa. Assim, a análise financeira tradicional debruça-se, essencialmente, sobre os aspetos financeiros de uma entidade, (Nabais & Nabais, 2004).

Atualmente, tem surgido uma nova metodologia de análise financeira que leva em conta o meio e o setor onde a entidade está inserida, cuja finalidade é analisar a atratividade da atividade, posição concorrencial e as perspetivas de futuro desta (Fernandes *et al*, 2014).

Por outro lado, cabe à gestão financeira a análise e a tomada de decisão relacionadas com os meios financeiros necessários à atividade da entidade, (Roda, 2011).

Segundo o mesmo autor, para uma correta gestão financeira de uma entidade é necessário ter sido efectuada uma eficiente análise financeira.

Conforme Nabais e Nabais (2011, p.17), a gestão financeira “permite gerir as tarefas que integram a função financeira e abrangerá, essencialmente, um conjunto de técnicas que visam a melhoria das decisões financeiras a tomar, de forma a levar a cabo, eficazmente, os objetivos da função financeira”.

Ainda de acordo com o mesmo autor, a atual gestão financeira abrange um conjunto de técnicas que atuam nos seguintes domínios: i) Curto prazo (gestão de tesouraria), nomeadamente, gestão de saldos de tesouraria, aplicações das disponibilidades e financiamento de curto prazo, políticas de gestão dos ativos e passivos correntes e planeamento financeiro a curto prazo: previsão das necessidades ou excedentes de tesouraria e seu financiamento ou aplicação das melhores condições; e ii) Médio e Longo prazo (estratégias financeiras), nomeadamente as políticas de investimentos, as políticas de financiamento, as políticas de distribuição de resultados e gestão de riscos financeiros.

Em suma, gestão financeira é um conjunto de ações e procedimentos administrativos que envolvem o planeamento, a análise e o controlo das atividades financeiras de uma entidade.

I.2 O gestor financeiro e a tomada de decisão

Decidir significa optar, escolher ou selecionar entre várias alternativas aquela que parece mais adequada. As decisões exigem um processo e são tomadas em resposta a problemas, necessidades ou, simplesmente, para alcançar objetivos. As condições de incerteza e o risco associado são fatores que o tomador de decisão não controla, mas que influenciam as suas decisões.

A tomada de decisão está presente no dia-a-dia das entidades, devendo ser coerente com os recursos disponíveis, com os condicionalismos internos e externos e com os objetivos da entidade, como por exemplo, crescimento, criação de valor e sustentabilidade.

Neste sentido e de acordo com Silva (2010, p.26) o gestor financeiro é, geralmente, a pessoa responsável pela análise do “impacto das decisões operacionais na tesouraria e na política de financiamento e de investimento que se referem ao médio/longo prazo, isto é, à continuidade e a sua sustentabilidade”.

Na mesma linha vários autores classificam as decisões sob a alçada da gestão financeira em: i) decisões estratégicas de médio e longo prazo, nomeadamente, decisão de financiamento e de Investimento; ii) decisões estratégicas de curto prazo, ligadas à atividade operacional da entidade (clientes, inventários e fornecedores), (Fernandes *et al*, 2014; Silva, 2010; Martins, 2004).

No que respeita às decisões de médio e longo prazo, as decisões de financiamento traduzem-se na obtenção de fundos que sustentam a política de financiamento, isto é, que suportam os ativos e apliquem os excedentes financeiros existentes. Por outro lado, as decisões de investimento consistem, essencialmente, nas opções de investimento e desinvestimento que se traduzem na aquisição de bens ou serviços fundamentais ao normal funcionamento da empresa.

Relativamente às decisões de curto prazo, compete ao gestor financeiro o controlo do crédito concedido aos clientes, o controlo financeiro dos inventários, a gestão dos créditos obtidos junto aos fornecedores e dos restantes credores, entre outros.

Martins (2004) complementa afirmando que, para tomar quaisquer decisões de curto, médio, ou longo prazo, o gestor poderá recorrer a instrumentos de análise de duas áreas inerentes à função financeira, tais como: i) análise financeira, responsável pela avaliação histórica do desempenho económico e financeiro; ii) planeamento financeiro, que se trata da gestão financeira na perspetiva previsional, procurando antecipar a evolução da empresa, fornecendo indicações que permitem tomar melhor as decisões que evitem a ocorrência de situações indesejáveis.

I.3 Análise Económico e Financeira

Independentemente da dimensão e da natureza de uma entidade, deve procurar conhecer-se, de forma exata, a sua situação económica e financeira. Esta análise é feita com base num conjunto alargado de metodologias, instrumentos e técnicas tendo, essencialmente por base as Demonstrações Financeiras. Esta ideia é referida por vários autores. Nabais e Nabais (2004, p.31) afirmam que a análise económica e financeira é um processo que tem por finalidade avaliar a situação patrimonial da entidade no tempo e no espaço. “Utiliza um conjunto de práticas que baseiam na atividade extra-contabilística (capacidade profissional dos gestores, situação conjuntural do país) e nos documentos contabilísticos (informação económico-financeira) ”.

Neves (2007) complementa afirmando que esta análise compreende num conjunto de práticas, técnicas e procedimentos que visam analisar a situação económica e financeira de uma entidade num dado período, através da análise do balanço, das demonstrações financeiras e demais informações complementares, tendo em vista a tomada de decisão.

Segundo alguns autores (Marques, 2009; Neves, 2007), a análise económica e financeira centra-se em torno de questões fundamentais para avaliar a situação económico e financeira de uma entidade e que de forma, direta ou indiretamente, influênciam o seu desenvolvimento nomeadamente, ao nível do equilíbrio financeiro, da rentabilidade dos capitais, do risco e do valor criado pela gestão.

Desde modo, compete à análise financeira a “avaliação crítica dos objetivos da função financeira, devendo, concluir se esta análise criou valor para a entidade numa análise histórica ou numa análise previsional, assim como contribuindo para uma melhor estratégia da entidade no futuro”, (Neves, 2007, p. 20).

Em suma, a análise económica e financeira incide sobre o desempenho operacional das diversas funções da entidade, o que permite, não só, avaliar a sua eficiência na utilização dos

recursos (Alves, 2004), como também analisar a sua capacidade em gerar resultados, extraindo informações dos principais documentos contabilísticos que conduzem à obtenção de conclusões sobre a evolução ao longo de um certo período de tempo, proporcionando informações úteis para a tomada de decisões, (Silva, 2010).

Para Nabais e Nabais (2011) a análise económica e financeira é responsável: i) pelo estudo da situação económica das entidades (ao nível da estrutura de ativos, da análise da eficiência económica, da rentabilidade e dos riscos económicos); ii) pelo estudo da sua estrutura financeira (ao nível das relações com os capitais próprios e com os capitais alheios, da situação da liquidez e tesouraria, do equilíbrio financeiro e do risco financeiro; iii) pela apreciação crítica da função financeira, ao determinar o montante do valor criado para os acionistas numa análise histórica e previsional, bem como, ao explicar a situação que originou ou não a criação do valor para a entidade.

I.3.1 Utilizadores da análise financeira

O estudo da situação económica e financeira das entidades interessa a todos os elementos da entidade, dado que eles necessitam de informação útil para o apoio à tomada de decisão, (Fernandes *et al*, 2014).

De seguida, apresentar-se-ão alguns grupos mais comuns que têm interesse na informação das empresas de acordo com Fernandes *et al* (2014): i) os gestores, que necessitam da informação económico-financeira, a fim de poderem tomar decisões, por exemplo, acerca dos financiamentos e investimentos, entre outros; ii) os acionistas, que precisam de informação que os ajude a tomar a decisão quanto à aquisição ou manutenção de capital; iii) o cliente, que necessitam de informação capaz de lhes permitir aferir sobre a probabilidade de continuidade da empresa; iv) os fornecedores, preocupam-se com a capacidade da empresa em pagar as suas dívidas nas respetivas datas de vencimentos; e v) os trabalhadores, que estão preocupados na capacidade da empresa pagarem as suas respetivas remunerações e benefícios que criam oportunidades de emprego.

I.3.2 Instrumentos para Análise Económico e Financeiro

Segundo Silva (2010), a análise financeira baseia os seus relatórios nos documentos contabilísticos.

De acordo com Martins (2002), a análise financeira é realizada fundamentalmente, recorrendo exclusivamente a informação contabilística.

Vários autores (Silva, 2010; Marques, 2009; Nabais & Nabais, 2004; Moreira, 1997) referem que a análise económica e financeira centraliza-se fundamentalmente na análise das rubricas

do Balanço, da Demonstração dos Resultados e da Demonstrações dos Fluxos de Caixa. No entanto poderá recorrer também a informação complementar, gerada interna ou externamente, de forma a avaliar o desempenho económico e financeiro de uma entidade, comparando os resultados gerados com a sua origem.

Como informação complementar poderá apontar-se a Informação sobre a conjuntura nacional e internacional, o Anexo às Demonstrações Financeiras e Informações do Banco de Portugal, que permitem efetuarem comparações setoriais.

A combinação destes documentos permite ao analista, com base em valores passados, emitir uma opinião baseada na situação passada e consequentemente perspetivar o futuro.

I.3.3 Técnicas para a análise Económica e Financeira

A análise financeira realiza-se utilizando um conjunto de técnicas de diferentes naturezas e complexidade.

Seguidamente apresentar-se-ão diversas técnicas de análise.

São inúmeras as técnicas para a análise financeira (Marques, 2009; Moreira, 1997):

- **Análise de Demonstrações Financeiras de um único período:** “esta técnica é passível de ser aplicada a qualquer DF. A DF que é aqui considerada é o Balanço. A técnica é normalmente utilizada quando existem apenas informações relativas a um único período”.
- **Comparação de Demonstrações Financeiras sucessivas:** “ao comparar esta técnica com a apresentada anteriormente, é possível afirmar que a técnica referida neste ponto ultrapassa a lacuna do carácter de imobilidade da anterior. Esta técnica permite efetuar comparações com base em tendências passadas, tentando assim, anteciper tendências futuras”.
- **Análise estática:** “baseia-se, particularmente, na análise de desempenho da entidade a partir do Balanço”.
- **Análise dinâmica:** “em contraposição com a análise estática, a análise dinâmica tem por base a utilização de fluxos. Esta técnica pode resultar da ligação entre a técnica da análise dinâmica e da comparação de DF sucessivas, quando a partir de Balanços sucessivos se obtêm os fluxos”.
- **Utilização de rácios:** “é uma das principais e mais usadas técnicas na análise. Esta técnica permite efetuar comparações dos valores dos rácios de duas entidades. Caracteriza-se pela inexistência de uniformidade na respetiva definição; permeabilidade à sazonalidade e a alterações nos métodos contabilísticos e necessidade de um padrão de comparação”.

Todas as técnicas referidas podem ser utilizadas nesta análise. No entanto cabe ao analista escolher aquela que melhor se adegue, tanto à entidade em estudo como aos seus objetivos.

Neves (2007, p.113) complementa dizendo que “as técnicas mais utilizadas na análise financeira consistem em estabelecer relações entre contas e agrupamentos de contas do balanço, demonstrações de resultados e grandezas económicas-financeiras”, sendo que estas relações têm várias denominações, tais como, rácios, índices ou indicadores.

I.3.3.1 Rácios

De acordo com Galera *et al* (2008) existem diversas razões para estudarmos os rácios de desempenho a nível do setor público, pois, esta ferramenta ajuda a melhorar a eficiência e eficácia da gestão pública, uma vez que fornecem informações úteis para corrigir a deficiente gestão na administração pública.

Para Nabais (2004, p.56) “os rácios são um dos métodos que permitem estudar a evolução da situação económica e financeira da entidade consistindo no estabelecimento de relações entre os dados fornecidos pelos documentos contabilísticos, após a sua preparação para análise”.

Marques (2009, p.26) complementa afirmando que rácio “é uma relação entre dois elementos económicos que têm uma relação de coerência ou de correlação”. Neste sentido, podemos dizer que o rácio é uma técnica de comparação entre os resultados económicos e financeiros de uma entidade.

Os rácios são uma ferramenta útil, utilizados com bastante frequência na análise financeira e económica, (Neves, 2007).

Silva (2010), afirma que os rácios exprimem uma relação entre duas grandezas e obtêm-se dividindo um valor pelo outro. Trata-se de uma relação estabelecida entre grandezas extraídas do Balanço, da Demonstração dos Resultados e outros documentos contabilísticos e que tenham uma relação lógica entre si. Essa relação é expressa em forma de percentagem ou quociente.

Os rácios são quocientes entre duas grandezas, cujo objetivo principal de detenção de valor informativo é o de possuírem um significado económico (Fernandes *et al*, 2014).

Resumindo, podemos dizer que o rácio é uma ferramenta que permite condensar uma grande quantidade de dados e comparar o desempenho económico e financeiro das entidades e a sua evolução no tempo. Possui elevada importância, pois dele podemos extrair informações da entidade na esfera patrimonial e financeira, facilitando a sua compreensão.

A informação de suporte para o cálculo dos rácios é retirada dos principais documentos contabilísticos da entidade, como os documentos de prestação de contas (balanço, demonstrações dos resultados, anexos, demonstrações dos fluxos de caixa, etc).

Segundo vários autores a análise dos rácios pode ser:

- 1) Estática: consiste na análise de desempenho financeiro (compara os resultados económicos e financeiros de uma entidade). A análise estática advém das próprias características do balanço como um documento contabilístico, por demonstrar a posição financeira da empresa num determinado momento. Neste sentido, a análise estática pode ocorrer apenas no estudo de demonstrações financeiras de um único período ou na comparação de demonstrações financeiras sucessivas; e
- 2) Dinâmica: compara consecutivamente os balanços e a análise da estrutura da demonstração dos resultados e demonstrações dos fluxos de caixa. A análise dinâmica permite assim integrar a informação resultante da Demonstração dos resultados, o que evidencia a capacidade da empresa gerar os meios próprios, (Fernandes *et al*, 2014; Silva, 2010; Moreira, 1997).

Neves (2007) e Nabais (2004) realçam a importância da realização de um estudo comparativo dos rácios económico-financeiros de forma a conseguir interpretá-los e retirar dos mesmos as ilações mais apropriadas. Este estudo poderá ser realizado, por exemplo, através: a) do relacionamento de vários indicadores entre si, desde que obedecendo a uma base lógica; b) da comparação da evolução no tempo dos mesmos rácios; e c) da comparação dos mesmos rácios ao nível sectorial.

I.3.3.1.1 Classificação dos Rácios

No que concerne à possibilidade de classificação dos rácios económico e financeiros estes são, normalmente, classificados de acordo com a informação que proporcionam. No entanto, esta separação dos rácios por tipos não se encontra normalizada, atribuindo cada autor a sua própria denominação aos diversos grupos de rácios.

Na literatura, alguns autores afirmam que os rácios podem ser classificados como:

- **Rácios financeiros:** relacionados exclusivamente com aspetos financeiros, tais como a estrutura financeira, endividamento e a solvabilidade;
- **Rácios económicos:** revelam a situação económica como a estrutura de custos e proveitos;
- **Rácios económico-financeiros:** indicam as relações económico-financeiras, tais como a rentabilidade dos capitais;
- **Rácios de funcionamento:** auxiliam o estudo dos impactos financeiros da gestão ao nível do ciclo de exploração; e
- **Rácios técnicos:** revelam os aspetos relacionados com a produção e a atividade em geral, (Fernandes *et al*, 2014; Leal, 2013; Silva, 2010; Neves, 2007; Nabais e Nabais, 2004).

Assim, nos pontos seguintes, serão abordados alguns rácios, cuja compreensão nos pareceu mais relevante, organizados segundo as seguintes categorias.

- Rácios de Liquidez;
- Rácios Económicos;
- Rácios de Rendibilidade;
- Rácios de Funcionamento;
- Rácios de Estrutura de Capital;
- Rácio Orçamental.

a) Rácios de liquidez

O rácio de liquidez fornece informação sobre a capacidade da entidade de cumprir as suas obrigações de curto prazo, ou seja, indica como esta utiliza os seus ativos eficientemente (Ponikvar *et al*, 2009).

Segundo Pinho e Tavares (2005), os rácios de liquidez permitem concluir sobre a capacidade da empresa solver as suas responsabilidades (passivos) a curto prazo.

Na mesma linha, Fernandes *et al* (2014) afirma que o conceito de liquidez está relacionado com a capacidade de um determinado ativo ser transformado em meios líquidos. Segundo Silva e Martins (2011, p.9), meios líquidos incluem “ quer o dinheiro e depósitos bancários, quer todos os ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor, cujas alterações sejam reconhecidas na demonstração dos resultados”.

A liquidez está desagregada em três patamares:

a.1) Liquidez geral

Esta “mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo ativo circulante, ou seja, estima a capacidade da entidade em fazer face aos seus compromissos de curto prazo, utilizando os montantes de disponibilidades” (Almeida, 2012, p. 76). Este rácio é composto pelo ativo circulante (o que as empresas transformam em meios financeiros no curto prazo) e pelo passivo circulante (as obrigações de curto prazo), (Neves 2007).

Este rácio deve ser superior a 1, situação em que verifica se existe um equilíbrio mínimo, ou seja, reflete baixo risco para os credores da entidade e boa capacidade financeira no curto prazo.

Se for inferior a 1, situação em que verifica se existir dificuldade de tesouraria, a entidade não consegue satisfazer os pagamentos referentes a débitos a pagar a curto prazo.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fórmula 1: Liquidez geral

a.2) Liquidez Reduzida

Segundo Neves (2007, p.117), este rácio “é utilizado com as mesmas finalidades do rácio anterior, mas admite dificuldades e possível falência da entidade, pelo que considera que as existências poderão ser transformadas de imediato em dinheiro”.

Silva (2010, p.185), afirma que a interpretação deste rácio deve ser cautelosa, pois, “um valor significativamente inferior a 1 tanto pode querer dizer que uma entidade mostra dificuldades de pagamentos atuais ou futuras como pode dizer que sabe gerir bem a tesouraria e evita a liquidez inútil e dispendiosa” .

$$\text{Liquidez Reduzida} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Existências}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fórmula 2: Liquidez reduzida

a.3) Liquidez Imediata (LI)

Reflete apenas o valor imediatamente disponível para fazer face às dívidas a pagar a curto prazo, (Almeida, 2012). Indica-nos a capacidade que a entidade tem em solver os seus compromissos de curto prazo com as disponibilidades existentes.

De acordo com Pinho e Tavares (2005) este rácio trata da capacidade de solver compromissos de forma imediata.

Fernandes *et al* (2014) afirma que, dadas as especificidades de cada empresa, não é possível definir valores de referência que possam ser considerados como ideais, no entanto, um elevado valor do rácio de LI pode significar: i) o excesso de fundo de maneo líquido; ii) a diminuição da atividade; e iii) a insuficiente renovação de investimentos.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fórmula 3: Liquidez imediata

b) Rácio Económico

Pinho e Tavares (2005, p.63) afirmam que os rácios económicos “são calculados recorrendo exclusivamente a rubricas da demonstração dos resultados”.

Para Fernandes *et al* (2014) os rácios económicos apreciam a rendibilidade da empresa através de relações entre elementos das demonstrações financeiras.

Este rácio esta desagregada em:

b1) Margem Bruta

Este rácio reflete a margem comercial obtida sobre os produtos ou serviços vendidos, (Pinho & Tavares, 2005).

$$\text{Margem Bruta} = \frac{\text{Resultado Bruto}}{\text{Volume Negócios}}$$

Fórmula 4: Margem bruta

c) Rácio de Rendibilidade

Os rácios de rendibilidade determinam a eficiência na utilização dos recursos da empresa e a sua capacidade em gerar excedente económico, (Silva, 2010; Neves, 2007).

Estes determinam a relação entre o resultado e as vendas ou grandeza do capital, (Neves, 2007).

Podemos calcular os rácios de rendibilidade segundo duas óticas: a) Rendibilidade dos Capitais Investidos (rendibilidade do ativo e rendibilidade dos capitais próprios); e b) Rendibilidade do Negócio (rendibilidade operacional das vendas, rendibilidade líquida das vendas e rendibilidade bruta da vendas), (Silva, 2010).

c.1 Rendibilidade do Ativo (económico)

Para Neves (2007) a rendibilidade do ativo avalia o desempenho dos capitais totais investidos na entidade, independentemente da sua origem.

Para a sua análise são normalmente utilizados dois indicadores: i) uma expressa no numerador os resultados operacionais; e ii) o outro expressa no denominador os resultados líquidos, (Silva, 2010).

Em termos operacionais, este rácio avalia o retorno obtido, por cada unidade monetária investida pela empresa, sendo que, quanto maior o valor do indicador, maior a propensão para o investimento gerar resultados, (Fernandes *et al*, 2014).

Neste sentido, a rendibilidade determina a sobrevivência da empresa a médio e longo prazo e a atração de capitais próprios ou alheios. Segundo Neves (2007), este indicador constitui uma medida de desempenho, sendo utilizado como indicador de eficiência da gestão, medida da capacidade da empresa em gerar resultados e no planeamento e controlo de gestão.

O conceito de rendibilidade está diretamente ligado à capacidade para gerar fundos que cubram os gastos de exploração, a rendibilização dos investimentos realizados e a remuneração dos financiadores da atividade, isto é, relaciona os resultados auferidos na atividade com os meios utilizados para a sua obtenção, (Nabais e Nabais, 2004).

O estudo deste rácio está “condicionado por vários tipos de rentabilidade que é necessário considerar, sem levar em conta a origem dos capitais utilizados” (Nabais & Nabais, 2004, p.84).

$$\text{Rendibilidade do Ativo} = \frac{\text{Resultados Líquidos}}{\text{Ativo Total Líquido}}$$

Fórmula 5: Rendibilidade do ativo

c.2) Rendibilidade do Capital Próprio (Financeira)

Este rácio permite medir a rentabilidade dos capitais investidos.

Este indicador é a medida de eficiência privilegiada dos accionistas e investidores, (Neves, 2007).

Silva (2010), afirma que este rácio permite a comparação com a rentabilidade do mercado e o custo da dívida.

Fernandes *et al* (2014) complementa afirmando que este rácio mede o grau de remuneração dos sócios ou acionistas das empresas, avaliando assim o retorno do investimento proporcionado aos detentores do capital próprio.

$$\text{Rendibilidade C.P} = \frac{\text{Resultados Líquidos}}{\text{Capital Próprio}}$$

Fórmula 6: Rendibilidade Capital próprio

c.3) Rendibilidade Operacional das Vendas

Esta analisa a relação entre os resultados operacionais e as vendas, (Neves, 2007).

Neste sentido e de acordo com Fernandes *et al* (2014), este rácio avalia o retorno em termos de resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos), sendo que, quanto maior o valor do indicador, maior a tendência para o negocio gerar resultados.

$$\text{Rendibilidade O.V} = \frac{\text{Resultados Operacional}}{\text{Volume de Negócios}}$$

Fórmula 7: Rendibilidade operacional das vendas

c.4) Rendibilidade Líquida das Vendas

Este rácio mede a “rentabilidade que a empresa tem depois de incorridos ou serem pagos todos os gastos, encargos financeiros e impostos”, (Silva, 2010, p.172).

A rentabilidade das vendas avalia o retorno em termos de resultado líquido. Assim, quanto maior o valor do indicador, maior a tendência para o negócio gerar resultados, (Fernandes *et al*, 2014).

$$\text{Rentabilidade L.V} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Volume Negócios}}$$

Fórmula 8: Rentabilidade líquida das vendas

d) Rácios de Funcionamento ou Atividade

De acordo com Pinho e Tavares (2005), os rácios de funcionamento permitem aferir com maior precisão a eficiência da utilização dos recursos disponíveis pela empresa.

Os rácios de funcionamento servem para analisar a eficiência das decisões na gestão dos recursos aplicados e apuram-se em termos de rotação ou dias de funcionamento, (Leal, 2013).

Os resultados deste rácio são interpretados em termos do número de rotações ou em termos de duração, (Fernandes *et al*, 2014).

d.1) Prazo Médio de Recebimento (PMR)

Segundo Silva (2010, p. 176), este rácio indica “o período (em dias ou meses) que decorre entre o momento das vendas ou da prestação de serviços e o dos recebimentos”.

O rácio de PMR mede a eficiência da política de crédito concedido, uma vez que indica o tempo médio (dias ou meses) que os clientes demoram a pagar as suas dívidas, (Fernandes *et al*, 2014).

$$\text{PMR} = \frac{\text{Saldo médio de Clientes}}{\text{Volume de negócios} * (1+\text{Tx IVA})} * 365$$

Fórmula 9: prazo médio de recebimento

d.2) Prazo Médio de Pagamento (PMP)

Indica o período (dias ou meses) que decorre entre o momento da compra e o momento do pagamento aos fornecedores, (Silva, 2010).

O PMP indica o tempo que uma entidade demora a liquidar as suas dívidas. Um baixo valor deste rácio indica um menor grau de financiamento dos fornecedores, levando à ocorrência de problemas de tesouraria, o que pode indiciar que a empresa tem um fraco poder negocial, (Fernandes *et al*, 2014).

$$\text{PMP} = \frac{\text{Saldo Médio.Fornecedores}}{(\text{CMP}+\text{FSE})*(1+\text{TXIVA})} * 360$$

Fórmula 10: Prazo médio de pagamento

d.3) Prazo Médio de Existências (PME)

Este rácio reflete o tempo médio de permanência das existências no armazém, (Pinho e Tavares, 2005).

$$\text{PME} = \frac{\text{Existências}}{\text{CMVMC}} * 365$$

Fórmula 11: Prazo médio de existência

d.4) Rotação Existências (RE)

As demonstrações financeiras mostram o custo das existências e não o valor de venda das matérias-primas, (Leal, 2013). Logo, esta análise é baseada na comparação entre o volume de negócios da empresa e custo médio das existências.

Uma elevada rotatividade significa uma boa eficiência na gestão dos inventários, no entanto, pode levar a ruturas de armazém e isto pode refletir negativamente na sustentabilidade da empresa, (Pinho e Tavares, 2005).

$$\text{RE} = \frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Existências}} * 365$$

Fórmula 12: Rotação existências

d.5) Rotação Ativo (RA)

Este rácio indica o grau de utilização dos ativos, (Leal, 2013). Um rácio muito elevado pode significar que a empresa está a laborar perto do limite da capacidade, ou seja, indicia um negócio de elevada rotatividade, (Pinho e Tavares, 2005).

$$\text{RE} = \frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Ativo}} * 365$$

Fórmula 13: Rotação ativo

e) Rácios de Estrutura de Capital

Permite avaliar a forma de financiamento de uma entidade, recorrendo aos capitais próprios ou alheios. Incorporam este rácio, a autonomia financeira, a solvabilidade, o endividamento, entre outros.

e.1) Autonomia Financeira

Segundo Almeida (2012, p.70), este rácio permite “avaliar a capacidade da entidade financiar os ativos através dos seus fundos próprios, sem ter a necessidade de recorrer a financiamentos externos”, ou seja, determina a capacidade da entidade fazer face aos seus compromissos.

O seu resultado varia entre 0 e 1, (Fernandes *et al*, 2014). Um valor inferior a 0,5 indica uma grande dependência da entidade em relação aos credores, ou seja, significa que capital próprio não é suficiente para fazer face as dívidas, o que provoca riscos inerentes, é desvantajosa na negociação de novos financiamentos.

O seu valor superior a 0,5 significa baixo risco para a entidade e uma menor dependência da entidade face a financiamento externos, o que lhe dará uma melhor autonomia.

$$\text{Autonomia Financeira} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo Total}}$$

Fórmula 14: Autonomia Financeira

e.2) Solvabilidade

No entender de Almeida (2012, p.69), a solvabilidade “permite avaliar a capacidade da entidade fazer face aos compromissos assumidos e avaliar o risco, por parte dos seus credores, para futuras relações”.

O rácio com valor igual a 1 representa que o capital próprio da entidade é idêntico ao valor do seu passivo, pelo que dispõe de capitais suficientes para cobrir todos os créditos obtidos. Obtendo um valor superior a 1 representa baixo risco para entidade, dado que o capital próprio é suficiente para cobrir as dívidas a pagar. Caso contrário, um valor inferior a 1, aponta uma grande dependência da entidade para com os seus credores, elevado risco e fragilidade económico-financeira.

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo Total}}$$

Fórmula 15: Solvabilidade

e.3) Endividamento

Trata-se de um indicador que tem por objetivo medir o peso dos capitais alheios no financiamento das atividades da entidade, (Neves, 2007).

Pinho e Tavares (2005) referencia que este rácio mensura em que medida o ativo é financiado por capitais próprios ou por capitais alheios.

Fernandes *et al* (2014), afirma que o rácio de endividamento é complementar da autonomia financeira, determinando a dependência da entidade face ao capital alheio.

Este rácio ilustra a forma pela qual os recursos de terceiros são utilizados pela empresa e sua participação relativamente ao capital próprio (Nabais e Nabais, 2004).

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo Total}} \quad \text{Ou} = \frac{\text{Capitais Alheio}}{\text{Ativo Total}}$$

Fórmula 16: Endividamento

e.4) Estrutura de Endividamento

Para uma entidade, é de extrema importância conhecer o seu grau de endividamento, mas é igualmente essencial compreender como se estrutura este rácio. “Quanto maior o rácio, maior o peso das dívidas de curto prazo nas dívidas totais” (Neves, 2007, p. 116)

$$\text{Estrutura de Endividamento} = \frac{\text{Capitais Alheios de curto prazo}}{\text{Capitais Alheios}}$$

Fórmula 17: Estrutura de Endividamento

e.5) Período de Recuperação da Dívida (PRD)

Segundo Neves (2007, p.116), este rácio “é utilizado quando o analista de crédito prefere analisar a capacidade de cobertura da dívida em termos mais prospetivos do que históricos”. Para isso, é necessário considerar a estimativa do número de anos em que a entidade é capaz de pagar as suas dívidas, admitindo tudo constante.

$$\text{PRD (anos)} = \frac{\text{Empréstimos em dívida}}{\text{Autofinanciamento}}$$

Fórmula 18: Período de recuperação da dívida

e.6) Cobertura Serviço Dívida

Segundo Pinho e Tavares (2005), entende-se como serviço da dívida não apenas encargos financeiros, mais também as amortizações de capital, sendo assim, podem ser adicionados aos resultados operacionais os custos não desembolsáveis.

$$\text{CSD} = \frac{\text{Resultados operacionais}}{\text{Serviço dívida}}$$

Fórmula 19: Cobertura serviço dívida

f) Os rácios Orçamentais

f.1) Independência Financeira

O conceito de independência financeira utilizado é o recolhido em Carvalho *et al* (2010, p.52).

No dizer dos autores deste Anuário que temos vindo a seguir, “para se aferir acerca do grau de independência financeira das autarquias, adota-se o rácio que relaciona as receitas próprias com as receitas totais, considerando-se que existirá independência financeira se as receitas próprias representarem, pelo menos, 50% das receitas totais”. Importa clarificar que as receitas próprias dizem respeito às receitas totais deduzidas das transferências obtidas e também dos passivos financeiros (empréstimos bancários obtidos).

Receita Própria = Receita Total – Transferências OE – Passivos

Considera que existe independência financeira se as receitas próprias representarem, pelo menos 50,1% das receitas totais, compreendendo-se que quanto maior for este indicador, melhor será desempenho financeiro do Município.

$$\text{IF} = \frac{\text{Receita Própria}}{\text{Receita Total}} > 50\%$$

Fórmula 20: Independência financeira

I.3.4 Vantagens e Desvantagens da utilização dos Rácios

Vários autores apontam, relativamente à utilização de rácios na análise económica e financeira, algumas vantagens: 1) A elaboração do diagnóstico financeiro de uma entidade baseia-se em três segmentos: liquidez, estrutura financeira e rentabilidade de que tem subjacentes os rácios; 2) Possibilita a utilização de informação de forma resumida e objetiva; 3) Indica de uma forma clara a rentabilidade, solvabilidade, liquidez e equilíbrio financeiro; 4) Possibilidade de obtenção de conclusões baseadas em dados quantitativos; e 5) Possibilita comparações de uma

entidade durante um certo período de tempo, ou entre diferentes entidades num mesmo espaço de tempo, (Fernandes *et al*, 2014; Leal, 2013; Neves, 2007).

Na mesma linha, apontam associados à utilização de rácios na análise económica e financeira algumas limitações: 1) Dificuldade em definir os limites do indicador, o que torna a análise mais subjetiva; 2) Caso duas entidades do mesmo ramo de atividade, adotem práticas contabilísticas diferentes, os rácios poderão ser desfeados; 3) Os rácios são calculados tendo por base dados passados, devido à complexidade de obter resultados no futuro; 4) Os rácios tratam apenas dados quantitativos; 5) Não existe uma definição normalizada a nível nacional ou internacional de cada rácio e; 6) A sua interpretação está condicionada pelo setor e pela conjuntura económica, (Fernandes *et al*, 2014; Leal, 2013; Neves, 2007; Nabais & Nabias, 2004).

II. Capítulo II - Análise económico-financeira nas autarquias locais

Referenciada ao poder local, pode dizer-se que está análise económico e financeira significa uma investigação sobre a situação económico e financeira das autarquias locais, com o objetivo de extrair informações de atuação futura, (Martins, 1979).

Este instrumento de análise oferece as seguintes informações de gestão:

1. Aspectos patrimoniais, “correspondem às contas de património das empresas privadas ou dos serviços municipalizados. A análise patrimonial deve mostrar a ligação entre o aumento de bens ou serviços e a progressão da dívida pública” (Martins, 1979, p. 35);
2. Aspectos económicos, “têm como finalidade não só investigar as variáveis patrimoniais, mas também a nível dos serviços, em confronto com as necessidades coletivas, estas apuradas por meio de dados estatísticos, com a intenção de avaliar o modo de financiar os novos investimentos” (Martins, 1979, p. 36);
3. Aspectos financeiros, “que visam indagar as possibilidades da autarquia, a curto, médio e longo prazo, compreendendo o estudo da dívida pública e o seu reflexo sobre o nível dos gastos correntes, as perspetivas que se põem ao corpo administrativo para realizar operações de autofinanciamento e adequadas previsões sobre liquidez, aprovisionamento de tesouraria e solvabilidade” (Martins, 1979, p. 37).

A sua análise é feita de acordo com os acontecimentos que têm relevância no plano económico-financeiro.

II.1 Anuário dos Municípios Portugueses

Um dos estudos sobre a avaliação do desempenho das Autarquias Locais, efetuado a nível nacional e a partir de rácios calculados com base na informação contabilísticas, é o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (AFMP).

O AFMP apresenta uma análise detalhada do desempenho orçamental e patrimonial (económico-financeiro), sintetizando a avaliação do seu desempenho através de uma análise de diversos rácios e indicadores tendo por base a prestação de contas anual de cada Município Português, bem como, a prática de divulgação de rácios no Relatório de Gestão.

Desde a publicação do AFMP, que se iniciou em 2005, com a análise das contas dos Municípios relativos ao ano económico de 2003, que se mantinha o desfazamento de um ano em relação ao período em análise, (Carvalho, Fernandes, Camões & Jorge, 2014).

Em junho de 2013 foi apresentado o AFMP referente ao ano 2012 apresentando a situação económico e financeira dos Municípios Portugueses, sendo o quarto ano em que o anuário inclui também uma análise detalhada do setor local.

Por outro lado, diversos investigadores têm-se debruçado sobre a importância dos indicadores de gestão para as Autarquias Locais. A última versão disponível e editada em 2014 diz respeito ao AFMP referente ao exercício económico de 2013.

A análise às contas dos Municípios feita no AFMP é apresentada numa perspetiva nacional, identificando-se através de rankings os maiores/melhores e menores/piiores Municípios para os mais diversos Indicadores. Por outro lado, e de forma a melhorar a comparabilidade entre Municípios, a análise é normalmente enquadrada pela dimensão dos Municípios em grandes, médios e pequenos.

Teixeira *et al* (2013), desenvolveram um estudo sobre o relatório de gestão e a avaliação e comparação do desempenho dos Municípios Portugueses, com maior destaque nos Municípios do distrito de Setúbal. Este estudo atribui grande importância aos indicadores de gestão que devem ser publicados nos relatórios de gestão dos Municípios. Os autores concluíram que nem todos os Municípios do distrito de Setúbal divulgavam estes indicadores e os que divulgavam baseavam-se em indicadores de carácter orçamental e patrimonial.

Os Autores acima referidos concluíram que existe uma impossibilidade de comparação entre Municípios relativamente aos indicadores de gestão, devido à diversidade de indicadores utilizados.

A AFMP já vai na sua décima primeira publicação, completando o período de 2003 a 2013, envolvendo dois mandatos do órgão eleitos.

No estudo feito no AFMP de 2013, os autores notaram que nos anos eleitorais (2009 e 2013) a eficiência financeira diminuiu, o que poderá querer dizer que as eleições têm influência nas decisões dos gestores públicos (Carvalho *et al.*, 2014).

Entre 2004 a 2007 o Anuário era um dos outputs de um projeto de investigação aprovado pela Fundação para Ciência e Tecnologia da responsabilidade do Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas, da Universidade do Minho.

O Anuário se afirmou como uma publicação de referência a nível nacional, contribuindo, decisivamente, para a valorização da informação contabilística pública autárquica, agora com apoio exclusivo da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC).

Seguidamente apresentar-se-ão uma breve retrospectiva das edições do AFMP, até a presente data:

1. Ano de análise: 2003 – publicado em 2005 com base numa amostra de 175 Municípios. Objetivo central – analisar o grau de cumprimento do POCAL com base na informação recolhida nos relatórios e contas;

2. Ano de análise: 2004 – publicado em 2006 com base numa amostra de 289 Municípios (sendo 278 do Continente, 6 do Açores e 5 da Madeira); para além dos relatórios e contas foram também analisadas as Atas que aprovam as contas bem como os Relatórios de Gestão;

3. Ano de análise: 2005 – publicado em 2007 com base na amostra total (308 Municípios). Pela primeira vez, foi apresentado um conjunto de rankings dos Municípios em relação a diferentes aspetos financeiros, económicos e orçamentais;

4. Ano de análise: 2006 – publicado em 2008 com base numa amostra de 308 Municípios. Pela primeira vez foi apresentado um ranking global dos 50 melhores Municípios, tendo em conta uma combinação de 10 indicadores financeiros, económicos e orçamentais;

5. Ano de análise: 2007 – publicado em 2009 com base numa amostra composta pelos 308 Municípios, bem como por alguns serviços municipalizados e algumas entidades do setor empresarial local;

6. Ano de análise: 2008 – publicado em 2010. Pela primeira vez foram analisadas as contas das empresas municipais (219 empresas) e de 30 serviços municipalizados;

7. Ano de análise: 2009 – Publicado em 2011. Pela segunda vez foram analisadas as contas das empresas municipais (286) e 29 serviços municipalizados;

8. Ano de análise: 2010 – Publicado em 2012. Pela terceira vez foram analisadas as contas das empresas municipais e serviços municipalizados;

9. Ano de análise: 2011 e 2012 – Publicado em 2013. Pela primeira vez e graças à colaboração do Tribunal de Contas na cedência em tempo real da informação aí depositada foi apresentada a situação económica e financeira relativa a 2012 no início de julho de 2013;

O 10.º Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2013, analisa as contas de 308 Municípios, 225 empresas municipais, e 27 serviços municipalizado;

Este é o 11.º Anuário Financeiro do Municípios Portugueses de 2014, analisa as contas de 308 Municípios, 208 empresas Municipais, e 24 serviços municipalizados.

O AFMP é elaborado pelos seguintes autores: i) João Baptista da Costa Carvalho; ii) Maria José da Silva Fernandes; iii) Pedro Jorge Sobral Camões; e iv) Susana Margarida Faustino Jorge.

III. Capítulo III – Metodologia

Neste capítulo abordaremos a caracterização da entidade em estudo e a metodologia, identificando qual o tipo de investigação utilizada e os fundamentos metodológicos adotados no presente estudo. Após uma breve descrição da técnica que melhor se adapte aos objetivos do estudo, passaremos à descrição e caracterização da recolha de dados utilizados no estudo, referenciando os procedimentos do trabalho de campo.

III.1 Enquadramento do Município de Matosinhos

III.1.1 O Concelho de Matosinhos

O concelho de Matosinhos localiza-se na Região Norte e pertence ao Distrito de Porto.

Tem uma área 62,42 km² de com cerca de 175 478 habitantes (censo, 2011), de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

O Município é limitado a norte pelo Município de Vila do Conde, a nordeste pela Maia, a sul pelo Porto e a oeste tem costa no oceano Atlântico.

É constituído por três cidades (Matosinhos, São Mamede de Infesta e Senhora da Hora) e quatro freguesias (Custóias; Leça do Balio e Guifões; Matosinhos e Leça da Palmeira; Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo; São Mamede de Infesta e Senhora da Hora).

Matosinhos, juntamente com os concelhos vizinhos do Porto e de Vila Nova de Gaia, forma a Frente Atlântica do Porto, que constitui o núcleo populacional mais urbanizado da área Metropolitana do Porto, situado no litoral, delimitado, a oeste, pelo Oceano Atlântico.

III.1.1.1 Município de Matosinhos

O Município de Matosinhos é uma pessoa coletiva de direito público com o N.I.P.C. 501305912, exercendo as atribuições conferidas por lei às autarquias locais. Como qualquer autarquia, possui população e território próprio e as suas atividades são direcionadas à concretização das atribuições que lhe estão legalmente conferidas pelo Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Localiza-se na Av. D. Afonso Henriques 4454-510, Matosinhos e cujos contatos são:

- Telefone Geral: 229390900 / 229392400
- Fax geral: 229 351 645
- E-mail: mail@cm-matosinhos.pt

III.1.1.2 Missão, Valores e Princípios

O Município de Matosinhos tem a missão de promover a qualidade de vida dos seus habitantes, através da definição de estratégias e linhas orientadoras para o desenvolvimento social económico, educacional, cultural, habitacional, segurança, trabalho, saúde e desporto.

A Câmara Municipal de Matosinhos (CMM), perspetiva um Município na vanguarda do desenvolvimento humano, científico e tecnológico de forma a promover a qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento sustentável do território. Orienta a sua ação no sentido de promover e dinamizar o concelho a vários níveis, primando pela aplicação sustentável dos seus recursos.

Os serviços municipais regem-se pelos seguintes valores e princípios¹:

- a) “Garantir que a sua atividade se orienta para a satisfação das necessidades dos cidadãos e seja assegurada a audição dos mesmos como forma de melhorar os métodos e procedimentos;
- b) Aprofundar a confiança nos cidadãos, valorizando as suas declarações e dispensando comprovativos, sem prejuízo de penalização dos infratores;
- c) Assegurar uma comunicação eficaz e transparente, através da divulgação das suas atividades, das formalidades exigidas, do acesso à informação, da cordialidade do relacionamento, bem como do recurso a novas tecnologias;
- d) Privilegiar a opção pelos procedimentos mais simples, cómodos, expeditos e económicos;
- e) Adotar procedimentos que garantam a sua eficácia e a assunção de responsabilidades por arte dos funcionários; e
- f) Adotar métodos de trabalho em equipa, promovendo a comunicação interna e a cooperação intersectorial, desenvolvendo a motivação dos funcionários para o esforço conjunto de melhorar os serviços”.

III.1.1.3 Estrutura Orgânica

A estrutura e organização dos Serviços do Município de Matosinhos visa dotar a autarquia com o instrumento de gestão adequado na organização e funcionamento dos seus serviços, bem como ao atual contexto de crise económica que o país atravessa, indo ao encontro das imposições previstas na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto,

A organização interna dos serviços municipais do Município de Matosinhos obedece ao modelo de estrutura hierarquizada, constituída por unidades orgânicas nucleares e flexíveis:

¹ Fonte : <http://www.cm-matosinhos.pt> - código de ética e conduta

- a) **Estrutura nuclear** - composta por direções e departamentos municipais, correspondendo sempre a uma departamentalização fixa. (Poderão considerar-se ainda divisões municipais, direções intermédias de 3º grau, desde que dependentes diretamente da Administração).
- b) **Estrutura flexível** - composta por unidades orgânicas flexíveis, dirigidas por um chefe de divisão municipal, direção intermédia de 3º grau, as quais são criadas, alteradas e extintas por deliberação da Câmara Municipal, que define as respetivas competências, cabendo ao Presidente da Câmara a afetação ou reafetação do pessoal do respetivo mapa, de acordo com o limite previamente fixado.

A criação, alteração ou extinção de unidades orgânicas no âmbito da estrutura flexível visa assegurar a permanente adequação do serviço às necessidades de funcionamento e de otimização dos recursos, tendo em conta a programação e o controlo criteriosos dos custos e resultados. Podem ser criadas, no âmbito das unidades orgânicas, por despacho do Presidente da Câmara e dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal, subunidades orgânicas coordenadas por um coordenador técnico (<http://www.cm-matosinhos.pt> - Código de Ética e Conduta).

III.1.1.4 Executivo Municipal

O Executivo Municipal é composto pelo Presidente da Câmara e 10 Vereadores: 6 Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Guilherme Pinto por Matosinhos, 3 do Partido Socialista (PS), 1 do Partido Social Democrata (PSD) e 1 da Coligação Democrática Unitária (CDU).

O presidente da Câmara Municipal de Matosinhos é o Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, tem como função: i) a coordenação da Atividade Municipal; ii) promover o associativismo desportivo; iv) o planeamento estratégico; e v) bem como todas as funções e tarefas as especificamente atribuídas.

III.1.1.5 Organização Contabilística

Os serviços contabilísticos estão integrados na Divisão de Gestão Administrativa e Financeira. Todo o processo de despesa inicia-se na contabilidade com o cabimento e a requisição, seguindo-se o registo da fatura com toda a documentação que a envolve até à fase de liquidação. A tesouraria procede aos pagamentos e aos recebimentos.

O regime geral do POCAL assenta fundamentalmente nas Contabilidades Orçamental, Patrimonial e de Custos, sendo que, através da Contabilidade Orçamental, permite ao Município, com base num orçamento previsional, o registo de pagamentos e recebimentos, que

respeitam quer a este exercício, quer a exercícios anteriores e pendentes ou ainda assumidos diretamente para exercícios futuros.

Do ponto de vista informático, os registos e demais procedimentos contabilísticos são efetuados num único sistema que integra quer a Contabilidade Patrimonial, quer a Contabilidade Orçamental, quer ainda a Contabilidade de Custos, em estrita obediência às determinações do POCAL, sendo o *software* utilizado o Medidata.

A Medidata, enquanto Engenharia e Sistemas, evoluiu e desenvolveu o SIGMA (Sistema Integrado de Gestão Municipal), originalmente concebido pelo Inesc Porto e do qual é detentora da marca atualmente. O SIGMA constitui hoje o *package* com maior número de instalações nas autarquias portuguesas, incluindo aplicações técnicas-administrativas fundamentais para o *Back-Office* de uma Câmara Municipal, nomeadamente POCAL, Aprovisionamento, Património, Urbanismo, Obras Municipais, Aplicações de Taxas e Licenças, totalizando mais de trinta aplicações.

III.2 Metodologia de Investigação

A escolha e definição de uma metodologia de investigação são fundamentais para se determinar como se vai abordar o objeto de estudo, designadamente, estabelecendo que métodos usar na análise de um dado fenómeno.

A metodologia é “etimologicamente a ciência em ordem a encontrar um caminho para, a arte de adotar o caminho próprio para atingir um determinado fim” (Azevedo et. al., 2008, p.11). Neste sentido, podemos dizer que a metodologia diz respeito à descrição do processo efetuado para atingir os objetivos traçados.

Existem várias estratégias de pesquisa promulgadas por estudiosos. De acordo com Yin (2005), elas podem ser: i) experimental; ii) pesquisa; iii) histórica; e iv) estudo de caso.

Das tipologias de investigação identificadas por Yin (2005, p.32), o estudo de caso é o que mais se aproxima do nosso trabalho. Para este autor, o estudo de caso define-se como “uma investigação empírica que analisa um fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto real, quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos e o pesquisador não possui controlo sobre os eventos comportamentais, de forma que a coleta e análise de dados apresentam características específicas”.

O estudo de caso implica um conhecimento profundo da realidade investigada e, como tal, recorre a diferentes métodos e técnicas que se enquadram.

O estudo de caso aqui tratado é essencialmente analítico e descritivo no sentido em que se pretende analisar a análise do desempenho na administração pública de um caso particular.

Trata-se de um estudo descritivo pois, procura-se descrever uma situação e reunir conhecimentos suscetíveis de serem utilizados futuramente. A análise descritiva tem por objetivo a apresentação, análise e interpretação de dados numéricos, através da criação de instrumentos adequados: gráficos e indicadores numéricos, visando somente a descrição e análise da amostra sem daí retirar conclusões ou inferências sobre a população da qual foi retirada a amostra (Reis, 2002), assim como as relações existentes entre ambos os elementos.

Morais (2005) complementa afirmando que análise descritiva é utilizada para resumir o conjunto dos dados recolhidos numa dada investigação, que são organizados, geralmente, através de números, tabelas e gráficos. O mesmo autor refere que o objetivo desta análise é proporcionar relatórios que apresentem informações sobre a tendência central e a dispersão dos dados. Para tal, deve-se evidenciar: valor mínimo, valor máximo, soma dos valores, contagens, média, moda, mediana, variância e desvio padrão.

O método descritivo tem como premissa identificação, registo e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenómeno ou processo. Esse tipo de pesquisa pode ser entendido como um estudo de caso onde, após a recolha de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação dos efeitos resultantes em uma entidade.

A presente investigação é ainda do tipo analítico, pois analisa possíveis correlações, procurando assim compreender as relações existentes entre os vários elementos em estudo.

Pode ainda referir-se que o nosso estudo tem uma natureza quantitativa, procurando operacionalizar conceitos, estabelecer relações de causalidade, generalizar as conclusões da população em análise, procurando, através de ferramentas quantitativas, validar as hipóteses previamente definidas e que decorrem de uma teoria de suporte, (Silvestre e Araújo, 2012).

Quanto ao método trata-se de uma análise de conteúdos. A análise de conteúdos é definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicações (notícias, imagens, discursos e fontes primárias, etc), que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens (Bardin, 2013; Silvestre e Araújo, 2012).

A análise de conteúdo foi realizada procedendo-se à recolha e tratamento da informação mediante tabelas e estatística descritiva.

Desta análise, obteve-se, em cada indicador, o valor individual do Município de Matosinhos, Almada, Barcelos, Braga, Cascais, Coimbra, Gondomar, Guimarães, Leira, Lisboa, Oeiras e Maia (Municípios de grande dimensão utilizados na presente investigação).

III.3 Objetivos do estudo

Este trabalho tem como objetivo geral a Análise do desempenho na Administração Pública com recurso a Rácios Financeiros: O caso particular do Município de Matosinhos.

O objetivo geral apresentado concretiza-se nos seguintes objetivos específicos:

- 1) Análise da liquidez do Município de Matosinhos no período de 2011-2014.
- 2) Análise do equilíbrio financeiro (a médio e longo) do Município de Matosinhos no período de 2011-2014.
- 3) Análise da evolução dos custos e dos proveitos do Município de Matosinhos para o período de 2011-2014.
- 4) Análise da rentabilidade e da independência financeira do Município de Matosinhos para o período 2011-2014.
- 5) Análise da estrutura de capital (endividamento) e desempenho financeiro (rentabilidade do ativo) dos 12 Municípios de grande dimensão.
- 6) Análise das relações existente com alguns determinantes que as influenciam a estrutura de capital e o desempenho financeiro.

III.4 Hipóteses de investigação

Para dar resposta ao 5º objetivo proposto e em consonância com os estudos elaborados por Costa (2014), Silva (2013), Vieira (2013) e Dias (2012), o estudo desenvolveu-se pela descrição das hipóteses, no que concerne aos fatores que influenciam a estrutura de capital e desempenho financeiro dos 12 Municípios de grande dimensão em análise.

Realizou-se o estudo atendendo apenas a 12 dos 24 Municípios de grande dimensão, devido à impossibilidade de obtenção dos dados nos Municípios que não forneceram os seus relatórios e contas do período em análise.

Deste modo formularam-se as seguintes hipóteses:

De acordo com Jorge (1997; citado por Junior, 2012, p.43), quanto maior a dimensão da empresa, maior será a sua capacidade de endividamento. Para este autor as “empresas maiores são também mais diversificadas, gozam de mais fácil acesso aos mercados de capitais e pagam taxas de juros mais baixas” .

Junior (2012), afirma que as teorias *pecking order* e *trade-off*, defendem que a dimensão possui uma relação positiva com o nível de endividamento.

Porém, Rocha (2000; citado por Junior, 2012), afirma que existe uma relação negativa entre da dimensão e o endividamento.

Jorge e Armada (2001; citado por Dias, 2012), analisou os fatores determinantes das estruturas de capital para as empresas Portuguesas de grande dimensão entre 1990 a 1995. Apesar dos fatores identificados terem sido pouco explicativos, verificou-se que existia uma relação, positiva entre o endividamento e a dimensão, ou seja, quanto maior for a dimensão maior será o endividamento.

Dias (2012), analisou a Estrutura de Capital e os Determinantes da Rendibilidade das Empresas do Distrito de Santarém e verificou uma relação positiva entre o endividamento e a dimensão. No entanto, após a análise dos dados verifica-se a existência de uma relação negativa.

Existe um sinal positivo para a relação entre a dimensão e o rácio de endividamento, traduzindo que quanto maior for a dimensão do Município maior tenderá a ser o seu nível de endividamento.

Desta forma, podemos definir a seguinte hipótese de investigação:

Hipótese 1: Existe uma associação positiva entre a dimensão do Município e o seu nível de endividamento.

Por outro lado, Ross (1977; citado por Dias, 2012), verificou a existência de uma relação positiva entre a rendibilidade e o endividamento, defendendo que uma estrutura de capital mais endividada poderia sinalizar a expectativa de resultados positivos no futuro.

Há divergências quanto ao sinal da relação resultante entre a rendibilidade e o rácio de endividamento.

Segundo Vieira (2013), pode haver algumas dúvidas quanto ao sinal da relação entre o endividamento e a rendibilidade do ativo. Tanto se pode esperar uma relação positiva como negativa. As entidades com maiores rendibilidades têm maiores possibilidades de conseguirem financiamento a custos mais baixos por apresentarem uma imagem de boa “saúde” financeira. Uma entidade com maior rendibilidade, significa maior capacidade de autofinanciamento e uma menor necessidade de recorrer à dívida.

Dias (2012) citando Tong e Green (2005) afirma que na China, analisaram a estrutura de capital das empresas chinesas e concluíram a existência de uma relação negativa entre o endividamento e a rendibilidade.

No mesmo estudo verifica-se também da existência de uma relação negativa entre a rendibilidade e o endividamento.

Deste modo, definimos a segunda hipótese de investigação:

Hipótese 2: Existe uma associação negativa entre a rendibilidade e o nível de endividamento.

Muitos estudos empíricos defendem que a composição do ativo de uma entidade determina a escolha da sua estrutura do capital, (Dias, 2012; Junior, 2012).

De acordo com Rajan e Zingales (1995, citado por Dias, 2012) analisaram a relação entre o endividamento e a composição do ativo. Em todos os países do G7 a relação entre o endividamento e a composição do ativo era positiva, ou seja, os países com ativo superior têm também níveis de endividamento superiores. Porém, no estudo de Dias (2012), não foi possível retirar conclusões da relação existente entre a composição do ativo e o endividamento das empresas do distrito de Santarém.

Assim, e atendendo ao levantamento bibliográfico efetuado definiu-se a terceira hipótese de investigação:

Hipótese 3: Quanto maior for o valor dos ativos do Município maior será o seu nível de endividamento.

Costa (2014), defende a existência de uma relação positiva do crescimento com o desempenho.

Contudo, Vogt *et al* (2013) obteve no seu estudo, uma relação negativa entre a rentabilidade do ativo e o crescimento, justificando este resultado com o fato de nem sempre se comprova que as entidades bem valorizadas pelo mercado obtenham um maior ou menor desempenho económico/financeiro.

No estudo de Costa (2014), é possível verificar a existência de uma relação positiva entre o crescimento e a rentabilidade do ativo. Neste estudo, os resultados apontaram para uma relação negativa entre as variáveis.

Assim, formaliza-se a seguinte hipótese:

Hipótese 4: Existe uma associação positiva entre a rentabilidade do ativo e o crescimento do Município.

De acordo com Vogt *et al* (2014), existe uma relação positiva entre a dimensão e a rentabilidade do ativo. Esta relação é fundamentada pelo autor com o fato da dimensão da entidade provocar um maior desempenho, uma vez que as entidades de grandes dimensões tendem a apresentar maiores níveis de rentabilidade e tendem a ter uma melhor eficiência no uso de seus ativos.

Costa (2014) refere que quanto maior é a dimensão da entidade maior será a sua rentabilidade do ativo. Os resultados confirmaram essa relação, ou seja, os resultados permitiram verificar uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o fator dimensão e a rentabilidade do ativo. As entidades de maior dimensão, tendem a apresentar uma melhor performance ao nível da rentabilidade do ativo.

Assim, formula-se a quinta hipótese de investigação:

Hipótese 5: Existe uma associação positiva entre a dimensão do Município e a rentabilidade do ativo.

Em suma, o quadro nº 1 apresenta, sucintamente as variáveis independentes adotadas para estudar os fatores determinantes do desempenho económico-financeiro (rentabilidade do ativo) e da estrutura de capitais (endividamento) dos 12 Municípios em análise no presente trabalho de investigação (ver o apêndice 17).

Quadro 1: Variáveis utilizadas no estudo

Classificação	Estrutura Capital	Desempenho Económico-financeiro
Variável Dependente	<p>Endividamento</p> $\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo Total}}$	<p>Rendibilidade do Ativo</p> $\text{ROA} = \frac{\text{Resultados Líquidos}}{\text{Ativo Total Líquido}}$
Variáveis Independentes	<p>Dimensão = Logaritmo do Ativo Total Líquido</p>	<p>Dimensão = Logaritmo do Ativo Total Líquido</p>
	<p>Rendibilidade do Ativo = Resultados Líquidos /Total do Ativo.</p>	<p>Crescimento = Ativo do ano N / Ativo do ano N-1</p>
	<p>Composição do Ativo = Imobilizado /Ativo Total</p>	

Fonte: adaptado dos estudos de Costa (2014); Vogt *et al* (2014); Silva (2013); Vieira (2013) e Dias (2012).

III.5 Amostra

Para a realização deste estudo foram considerados os 24 Municípios de grande dimensão, categoria onde está incluído o Município de Matosinhos, Município objeto de análise na presente investigação.

Devido ao facto de nem todos os Municípios consideramos terem os dados necessários para a realização do estudo disponíveis nos seus sítios da internet, solicitamos por email o envio dos relatórios de prestação de contas. Porém e infelizmente, não obtivemos qualquer resposta.

Neste sentido, a amostra considerada no nosso trabalho é constituída por 12 Municípios de dimensão semelhante (grande dimensão).

A população é definida como sendo um conjunto de dados correspondentes a uma grandeza, sendo que a amostra consistirá na extração de algumas entidades pertencentes à população (Ferreira, 2005).

No nosso caso concreto, a amostra é constituída pelos seguintes Municípios (quadro nº 2):

Quadro 2: Amostra (Municípios)

Municípios
Matosinhos
Almada
Barcelos
Braga
Cascais
Coimbra
Gondomar
Guimarães
Leiria
Lisboa
Maia
Oeiras

Fonte: Elaboração própria

III.6 Recolha de Dados

De acordo (Azevedo & Azevedo, 2000), a fase de recolha de dados, seja de fontes bibliográficas ou de outra natureza, é a fase mais demorada e que exige mais dedicação, cuidado e atenção por parte do investigador.

Os dados foram recolhidos através do *síte* dos Municípios em análise, de acordo com o art.º49.º n.º 2, da Lei das Finanças Locais (LFL), onde estes Municípios devem disponibilizar os documentos previsionais e de prestação de prestação de contas, nos seus sítios da internet (tais como, os planos de atividade, os relatórios de atividades, os planos plurianuais de investimentos, bem como os relatórios de gestão, os balanços e a demonstração dos resultados, inclusivamente os consolidados, os mapas de execução orçamental) no período de 2011 a 2014.

Foram analisados documentos de prestações de contas (balanço, Demonstração dos Resultados, anexos) bem como, o plano de atividades e o relatório de gestão produzidos pelo efetivo camarário ao longos dos 4 anos e diplomas legais (leis e decreto-lei).

III.7 Tratamento de Dados e Técnicas Estatísticas

O período em análise selecionado para a presente investigação corresponde ao período de 2011 a 2014, tendo-se verificado 48 relatórios de gestão.

A escolha do período prende-se com a necessidade de refletir a informação mais atual.

Os dados recolhidos foram analisados e comparados ano a ano. Os rácios foram calculados com recurso à folha de Excel 2010.

Para a análise económico-financeira do Município de Matosinhos foram selecionados os rácios que, de acordo com a revisão de literatura, melhor se adequam ao nosso estudo: i) rácios de liquidez; ii) rácios de autonomia financeira e solvabilidade; iii) rácios de cobertura de imobilizados por capitais permanentes e por capitais próprios; iv) rácios de endividamento de curto prazo e rácios de endividamento de médio e longo prazo; v) a evolução dos custos e proveitos, vi) o rácio de rendibilidade do ativo; e vii) os rácios de independência financeira.

As análises descritivas e inferenciais foram realizadas com recurso ao *software* estatístico IBM SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 21.

Atendendo aos objetivos propostos e às hipóteses de investigação formuladas, calcularam-se a média, o desvio-padrão, o mínimo e o máximo.

Para a decisão dos testes estatísticos a utilizar realizou-se o teste da normalidade *Kolmogorov-Smirnov*. Contudo, não se verificou qualquer distribuição normal para nenhuma das variáveis em estudo, o que nos levou a adotar neste estudo estatísticas não-paramétricas.

Por conseguinte, para testar as diferenças relativamente às variáveis em estudo entre os Municípios de grande dimensão mediante os anos, utilizou-se o teste de *Kruskal-Wallis*, que nos permite comparar três ou mais grupos independentes (Martins, 2011).

Para testar as hipóteses relativamente as relações entre as variáveis em estudo, utilizou-se o teste de correlação não-paramétrica de *Spearman*, que analisa a associação existente entre 2 ou mais variáveis (Martins, 2011).

IV. Capítulo IV – Apresentação e Discussão dos Resultados

IV.1 Análise económica e Financeira do Município de Matosinhos

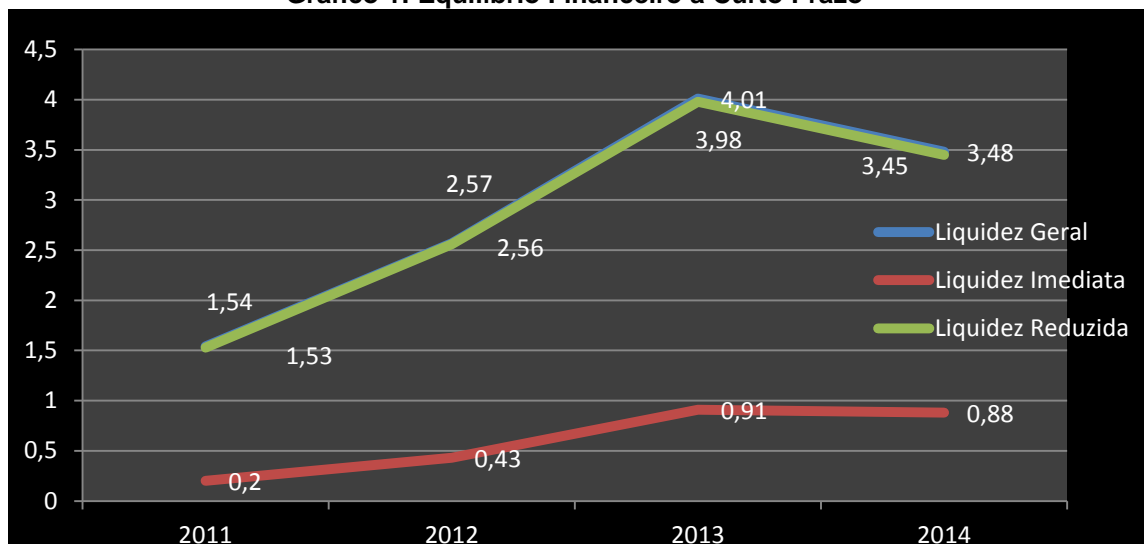
Esta parte destina-se à realização de uma análise detalhada da evolução dos indicadores económico-financeiros do Município de Matosinhos, ao longo dos últimos 4 anos, ou seja, de 2011 à 2014. Assim, para proceder à análise e tratamento dos dados contabilísticos, apresentar-se-ão os rácios de acordo com o definido nos objetivos deste estudo.

IV.1.1 Análise da Liquidez do Município de Matosinhos

Como referido anteriormente, a liquidez pode ser dividida em (ver o apêndice 16):

- Liquidez geral;
- Liquidez imediata; e
- Liquidez reduzida.

Gráfico 1: Equilíbrio Financeiro a Curto Prazo



Fonte: Elaboração própria

O rácio de liquidez geral revela-nos a solvência a curto prazo demonstrando em que medida o passivo de curto prazo está coberto pelos ativos de curto prazo sendo que, quanto maior for a liquidez geral, melhor a situação da entidade.

A entidade apresenta um equilíbrio financeiro quando este rácio é igual ou superior a 1.

Conforme o gráfico 1, poderemos observar que o rácio de liquidez geral em 2011 foi de 1,54, indicando que para cada 1€ de dívida total, o Município de Matosinhos tem 1,54€ de investimentos realizáveis a curto prazo, ou seja, consegue cumprir com os seus compromissos financeiros e ainda dispõe de um excedente ou margem de 54% (ou 0,54 € a cada 1€ de dívida).

Isto ocorre pelo facto de o passivo circulante da entidade ser menor do que o ativo circulante, sendo assim, muito positivo para a entidade, ou seja, o ativo circulante consegue fazer face às dívidas de curto prazo. Para os outros anos temos os mesmos resultados.

Este rácio foi aumentando ao longo dos anos, sendo que em 2013 foi de 4,01 e em 2014 verificamos uma diminuição para 3,48.

O rácio de liquidez imediata permite a entidade perceber se está ou não a manter um nível elevado de disponibilidades (meios líquidos financeiros) que podem ser aplicadas de forma mais rentável.

A liquidez imediata teve um aumento significativo nos anos de 2012 a 2014.

Constata-se que entre 2012 e 2013 a liquidez imediata sofreu um aumento de 0,23 e entre 2013 e 2014 sofreu uma diminuição em 0,03. Isto mostra que o Município de Matosinhos tem uma boa capacidade para cobrir o passivo circulante através das disponibilidades.

O Município de Matosinhos apresenta um índice de boa gestão ao nível de tesouraria sendo que em 2011 apresentou melhores condições de poder satisfazer as suas dívidas de curto prazo utilizando apenas os seus recursos mais líquidos.

No ano 2013 e 2014 mostra que o Município goza de poucas disponibilidades para cumprir com as suas dívidas de curto prazo.

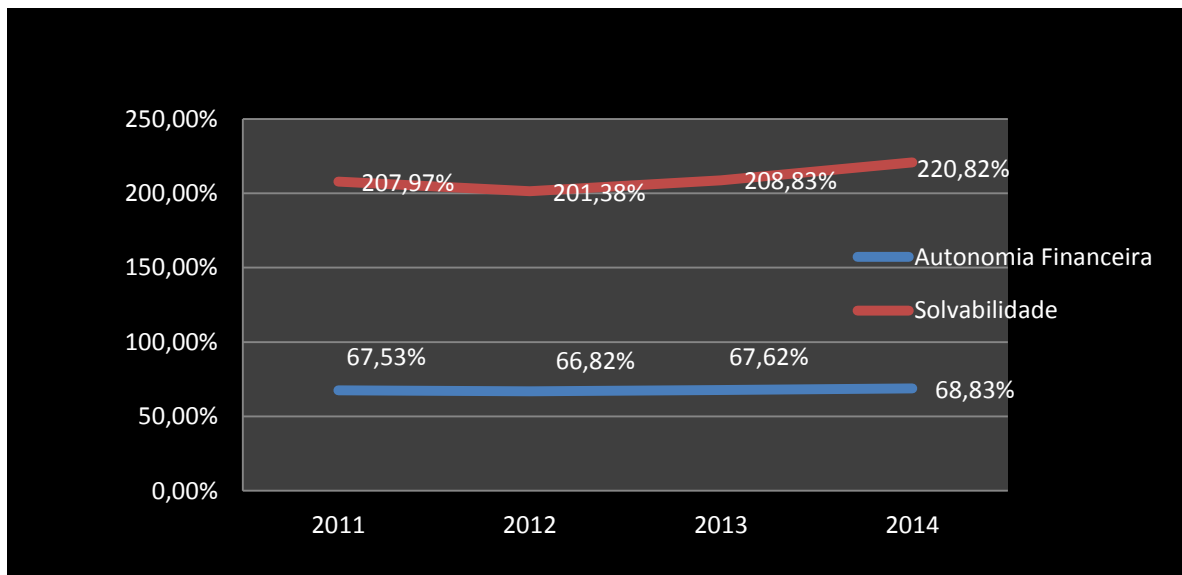
No que respeita à Liquidez reduzida, verificamos que apresenta valores muito próximos do rácio de Liquidez Geral (devido à não influência das existências).

Resumindo, podemos afirmar que a curto prazo, o Município de Matosinhos se encontra numa situação de equilíbrio favorável com uma margem de segurança, como evidenciam os rácios de liquidez.

IV.1.2 Análise do equilíbrio financeiro do Município de Matosinhos no período 2011-2014

Neste ponto, o que está em causa é a independência do Município de Matosinhos face aos seus credores, a sua capacidade para negociar as dívidas e, ainda, o próprio acesso ao financiamento. Pretende-se com isto analisar o grau de solidez patrimonial do Município em períodos longos, demonstrando a capacidade que este Município possui para solver os seus compromissos em prazos dilatados.

Gráfico 2: Autonomia Financeira e Solvabilidade



Fonte: Elaboração próprio

A Autonomia Financeira (AF) representa a percentagem do capital próprio que financia o ativo da entidade (Fernandes *et al*, 2014). Por um lado, quanto mais elevado for este rácio, maior será a estabilidade, independência e solidez financeira da entidade perante os credores. Assim, quanto mais elevada e próxima de 100% estiver a AF, mais independente será a entidade e mais fácil será o eventual acesso ao crédito (ver o apêndice 12).

Por outro lado, um baixo valor (normalmente inferior a 33%) da AF evidencia uma forte dependência financeira e vulnerabilidade perante os credores, o que tenderá a dificultar o acesso a novos créditos (Fernandes *et al*, 2014).

Constata-se então, que o rácio da AF apresentou-se crescente ao longo do período em análise, crescendo 0,8% e 1,21% em 2013 e 2014, respetivamente, (Ver o apêndice 12).

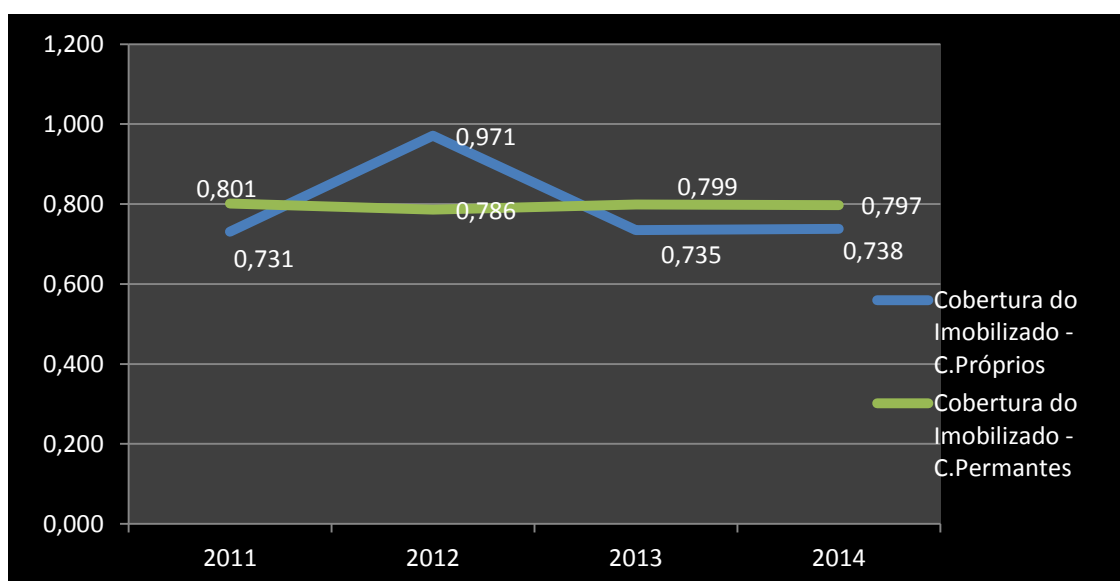
Em 2012 tivemos uma diminuição de 0,71% em relação ao ano 2011.

O facto dos valores da AF serem crescentes, demonstra que a estabilidade financeira do Município de Matosinhos tem aumentado e que esta financia os seus ativos sobretudo com capitais próprios.

A Solvabilidade respeita a razão entre o Capital Próprio e o Passivo Total (Fernandes *et al*, 2014). Pela análise do gráfico 2 é possível constatar que o valor do rácio de solvabilidade foi crescendo ao longo dos anos em análise, menos em 2012 que se verificou uma diminuição. Contudo, este crescimento fez-se sentir de forma mais intensa no ano de 2014 (cresceu cerca de 12%) e em 2013 cresceu apenas 7,45%. O crescimento ocorrido em 2014 é justificado pelo facto do aumento do Capital Próprio ter sido quatro vezes superior ao aumento do Passivo Total.

Os rácios de Autonomia Financeira e de Solvabilidade padecem de críticas, segundo Martins, (2004). Quanto ao primeiro, o facto de englobar ativos fixos e ativos circulantes leva este rácio a flutuar com as simples variações do ativo circulante. Quanto ao segundo, o rácio da solvabilidade, verifica-se uma situação idêntica à referida anteriormente, pois o Passivo Total varia com as alterações das dívidas a curto prazo. Basta a existência de uma alteração a curto prazo motivada pelo aumento ou descida de dívidas decorrentes da atividade operacional, para que o quociente deste indicador se altere.

Gráfico 3: Cobertura de Imobilizado por Capitais Permanentes e Cobertura de Imobilizado por Capitais Próprios



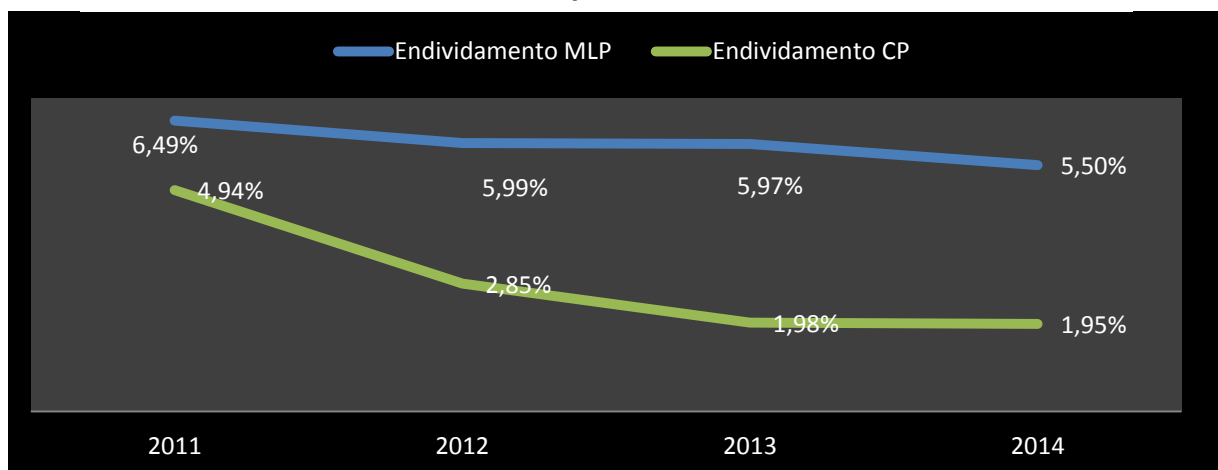
Fonte: Elaboração própria

A cobertura de imobilizado por capitais permanentes (CICPs) determina se o Município está a financiar o imobilizado líquido recorrendo a capitais permanentes (dados por fundos próprios e dívidas de médio e longo prazo). Esta regista uma variação positiva em cerca de 1,3% em 2013 face ao ano 2012. O valor apresentado por este rácio situa-se entre 0,7 e os 0,8, sendo que os capitais permanentes são inferiores ao imobilizado líquido do Município de Matosinhos, o que atesta a redução do financiamento do imobilizado por capitais exigíveis a médio e longo prazo (MLP), tendência positiva em termos do equilíbrio da estrutura financeira municipal (ver o apêndice 13).

No que toca a cobertura do imobilizado por capitais próprios (CICPróprios), este é semelhante ao rácio anterior. No entanto este mede agora a capacidade do Município financiar o seu imobilizado líquido recorrendo a capitais próprios. Ao longo dos quatro anos em análise o indicador da cobertura do imobilizado por capitais próprios, apresenta uma variação. Isto significa, que de 2011 para 2012, tivemos um aumento de 0,24 e de 2012 para 2013 houve uma diminuição de 0,23 (ver o apêndice 13).

No geral, o imobilizado do Município de Matosinhos foram superiores ao aumento dos capitais próprios.

Gráfico 4: Endividamento de Curto Prazo e Endividamento de Médio e Longo prazo



Fonte: Elaboração própria

No que respeita ao endividamento de MLP o gráfico 4 mostra que no final de 2011, o ativo líquido continua a ser financiado por capital alheio de MLP, correspondendo a cerca de 6,49%, verificando-se um decréscimo nos anos seguintes. Em 2014 houve uma diminuição de 0,47% face ao ano anterior, isso é influenciado pela diminuição do montante da dívida dos empréstimos de longo prazo, justificado pelo facto do valor amortizado no ano ter superado o valor do financiamento utilizado (ver o apêndice 14).

Assim é possível afirmar que o endividamento de MLP tem como objetivo medir o grau de dependência do ativo líquido em relação ao capital alheio de médio e longo prazo é que utilizado pelo Município. Podemos, concluir, que ao longo do quadriénio em análise, o Município de Matosinhos foi recorrendo cada vez menos ao capital alheio de médio e longo prazo para financiar o seu ativo.

No que toca ao endividamento de curto prazo, este mede o grau de dependência do ativo líquido total em relação ao capital alheio de curto prazo utilizado pelo Município, que corresponde às dívidas de curto prazo.

Em relação ao endividamento de curto prazo, podemos dizer que a dependência do ativo líquido em relação as dívidas de curto prazo tem vindo a diminuir de ano para ano conforme mostra o gráfico 4, tendo um valor de 4,94% em 2011 para 1,95% em 2014. Isto é explicado, essencialmente, pela diminuição da dívida refletido nas contas de fornecedores de imobilizado de c/c.

IV.1.3 Análise da evolução dos Custos e Proveitos

a) Evolução dos Custos

Tabela 1: Evolução dos Custos

Descrição	2011	2012	Var. 2012-2011	2013	Var. 2013-2012	2014	Var. 2014-2013
CMVMC	807 313,79	650 344,56	-19,44%	594 328,78	-8,61%	644 035,44	8,36%
FSE	27 135 980,51	23 608 176,62	-13,00%	22 682 202,94	-3,92%	24 273 834,87	7,02%
Custo com Pessoal	30 323 509,34	28 721 514,98	-5,28%	29 567 608,57	2,95%	29 762 283,38	0,66%
Transf.de Subs. Corrent Conc. e Prest. S	10 808 649,12	7 918 096,74	-26,74%	9 127 108,09	15,27%	9 547 296,89	4,60%
Amortizações do Exercício	27 244 035,20	24 647 928,76	-9,53%	25 224 651,42	2,34%	26 564 102,77	5,31%
Provisões do Exercício	0,00	15 563 224,35		0,00	-100,00%	3 160 766,47	
Outros Custos Operacionais	391 838,98	158 285,26	-59,60%	128 719,48	-18,68%	276 300,35	114,65%
(A) Custos e Perdas Operacionais	96 711 326,94	101 267 571,27	4,71%	87 324 619,28	-13,77%	94 228 620,17	7,91%
Custos e perdas Financeiras	1 605 332,08	1 580 777,42	-1,53%	831 377,64	-47,41%	859 794,20	3,42%
(C) Custos e Perdas Correntes	98 316 659,02	102 848 348,69	4,61%	88 155 996,92	-14,29%	95 088 414,37	7,86%
Custos e Perdas Extraordinários	3 619 145,95	7 319 750,91	102,25%	8 599 702,16	17,49%	4 332 820,75	-49,62%
Total dos Custos e Perdas	101 935 804,97	110 168 099,60	8,08%	96 755 699,08	-12,17%	99 421 235,12	2,75%

Fonte: Elaboração Própria

Os custos podem-se desagregar em custos operacionais, financeiros e extraordinários. Os Custos Operacionais (CO) constituem a grande maioria dos custos, representando quase sempre mais de 95% do total dos custos em todos os anos. Os custos operacionais ao longo do quadriénio apresentam algumas oscilações. Estas oscilações são justificadas, em parte, pelo facto dos Custos com o Pessoal terem sofrido uma variação ao longo do período em análise.

Os custos com o pessoal tiveram uma variação negativa no período de 2012-2011 de 5,28%, correspondente a menos 1.601.994,36 euros, decorrente essencialmente da suspensão dos subsídios de férias e de natal e da redução remuneratória, para vencimentos superiores a 1.500,00 euros, imposta na Lei do Orçamento de Estado para 2012.

Para os anos 2014-2013 o custo com o pessoal teve uma variação positiva de 0,66%, correspondente a mais 194.674,81 euros, decorrente essencialmente do aumento dos encargos do Município com o pessoal relativo aos descontos para Caixa Geral de Aposentações.

Uma outra razão a salientar para o aumento dos CO é a variação dos Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC) de -19,4% em 2012- 2011 e em 2014 face a 2013 apresentou uma variação positiva de 8%.

No que concerne aos Custos Financeiros (CF), apesar do seu peso ser pouco significativo (entre 1% e 2%) sobre o total dos custos, a sua variação fez-se sentir de forma positiva. Por último, os Custos Extraordinários (CE) em 2012 tiveram um acréscimo relevante face a 2011, de 102,3%, assim, a CE viram o seu peso aumentar de 3,6% para 6,6%, resultante do aumento das transferências de capital concedidas a instituições particulares e das perdas em imobilizações provocadas por abates (resultantes de regularizações) e em 2014 tiveram um decréscimo face a 2013 de 49,6%, justificado pela diminuição do valor registado nas contas Perdas em Imobilizações (69.4) e Outros Custos e Perdas Extraordinários (68.8).

b) Evolução dos Proveitos

Tabela 2: Evolução dos Proveitos

Descrição	2011	2012	Var. 2011-2012	2013	Var. 2013-2012	2014	Var. 2014-2013
Vendas e prestações de Serviços	4 220 796,07	4 812 844,80	14,03%	4 663 101,94	-3,11%	10 615 289,65	127,64%
Impostos e Taxas	50 885 359,06	54 054 952,64	6,23%	47 749 439,98	-11,67%	40 736 034,33	-14,69%
Variação de produção	-2 476,35	0,00	-100,00%	0,00		0,00	
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,00		0,00		0,00	
Proveitos Suplementares	0,00	0,00		294,31		0,00	-100,00%
Transferência e Subsídios obtidos	26 511 491,46	25 593 038,51	-3,46%	26 269 308,20	2,64%	23 482 913,53	-10,61%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	2 010 850,00	2 000 000,00	-0,54%	2 100 349,46	5,02%	100 000,00	-95,24%
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	83 626 020,24	86 460 835,95	3,39%	80 782 493,89	-6,57%	74 934 237,51	-7,24%
Proveitos e Ganhos Financeiros	749 238,43	603 535,00	-19,45%	491 048,02	-18,64%	310 272,39	-36,81%
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	84 375 258,67	87 064 370,95	3,19%	81 273 541,91	-6,65%	75 244 509,90	-7,42%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	8 419 002,17	8 528 510,90	1,30%	18 688 305,31	119,13%	10 712 835,07	-42,68%
Total dos Proveitos e Ganhos	92 794 260,84	95 592 881,85	3,02%	99 961 847,22	4,57%	85 957 344,97	-14,01%

Fonte: Elaboração própria

Como demonstra a tabela 2, os proveitos são constituídos pelos Proveitos Operacionais (PO), Proveitos Financeiros (PF) e Proveitos Extraordinários (PE). Começamos pela análise dos PO. Estes representam mais de 90% do total dos proveitos. As vendas conjuntamente com a prestação de serviços, demonstram a existência de uma favorável variação de 14% em 2012 face a 2011, correspondente a um montante de 592.048,73 euros, ocorrido, essencialmente, ao nível da Prestações de Serviços nos agregados Rendas e Aluguer e Concessões-Direito de Superfície e uma variação negativa de 14,69% em 2014 face a 2013.

A rubrica de Impostos e Taxas teve uma variação positiva em 2012 face a 2011, de 6,2%, resultante, por um lado, do aumento dos impostos diretos, nomeadamente do Imposto

Municipal sobre Imóveis e Derrama e, por outro lado, do aumento dos proveitos relativos à Ocupação da Via Pública inseridos no agrupamento dos impostos indiretos.

Ao nível das Transferências e Subsídios Obtidos assistimos a um decréscimo de 3,5% em 2012, que se deveu à quebra das transferências correntes e de capitais provenientes do Orçamento do Estado, ao nível do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e do Fundo Social Municipal, no total de 1,2 milhões de euros.

Por outro lado, assistimos a um decréscimo de 19,4% em 2012, face ao ano anterior, dos Proveitos e Ganhos Financeiros, que é justificado pela diminuição dos juros obtidos de depósitos bancários de curto prazo e da bonificação de juros atribuída pelo IHRU para empréstimo de longo prazo destinados aos Programas PER e PROHABITA.

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários, assistiram, por seu lado, a um acréscimo de 1,3% em 2012 face ao ano anterior, explicado pelo aumento registado na conta 79.7 - Correções relativas a exercícios anteriores.

Em 2014 as Vendas e Prestação de Serviços tiveram um aumento de 127,6%, correspondente a um aumento do montante de 5.952.187,71 euros, ocorrido essencialmente ao nível de prestação de serviços nos agregados resíduos sólidos que teve a ver com a alteração da conta de registo destes proveitos.

Os impostos em 2014, tiveram uma variação negativa face a 2013 de 14,7% correspondente a uma diminuição do montante de 7.13.405,65 euros, ocorridos, essencialmente ao nível dos impostos indiretos ocupação da via pública e das taxas de resíduos sólidos.

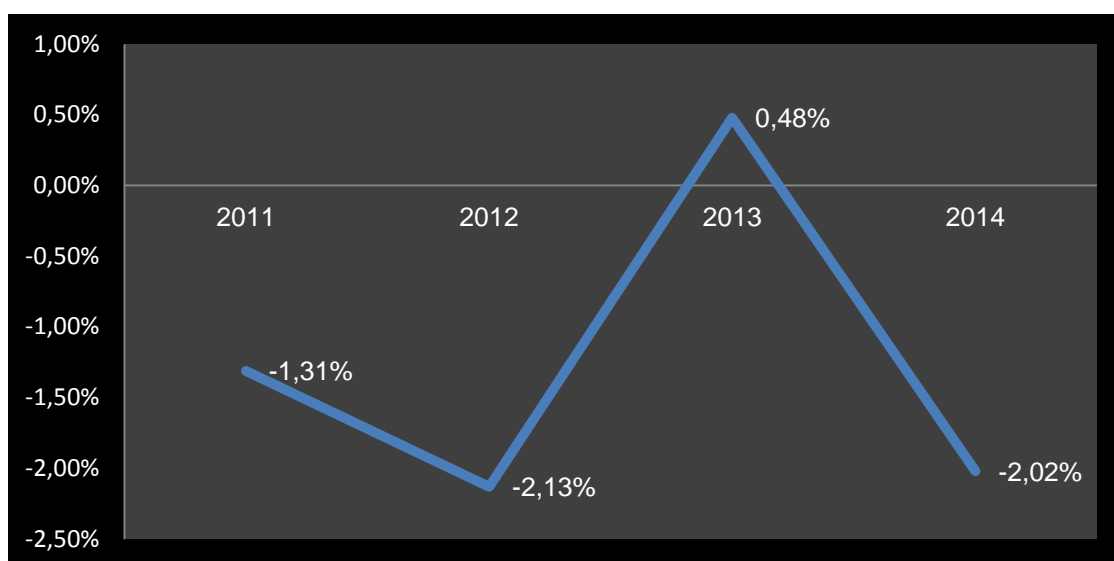
Os Proveitos Extraordinários assistiram, por seu lado a um decréscimo de 42,7% face a 2013, explicado pela diminuição regista na conta reduções de provisões para cobrança duvidosas e riscos e encargos de processos judiciais em curso.

IV.1.4 Análise da Rendibilidade e da Independência Financeira

a) Análise da rendibilidade

O estudo da rendibilidade permite avaliar a capacidade da entidade em gerar resultados, tendo sempre em conta os meios que a empresa tem à sua disposição. Certamente que quanto maior for o seu valor, mais atraente é a entidade melhor e maior é a sua capacidade de autofinanciamento. A rendibilidade pode ser medida e comparada através de relações entre resultados e os meios utilizados para os obter.

Gráfico 5: Rendibilidade do Ativo (Resultado Líquido /Ativo Total)



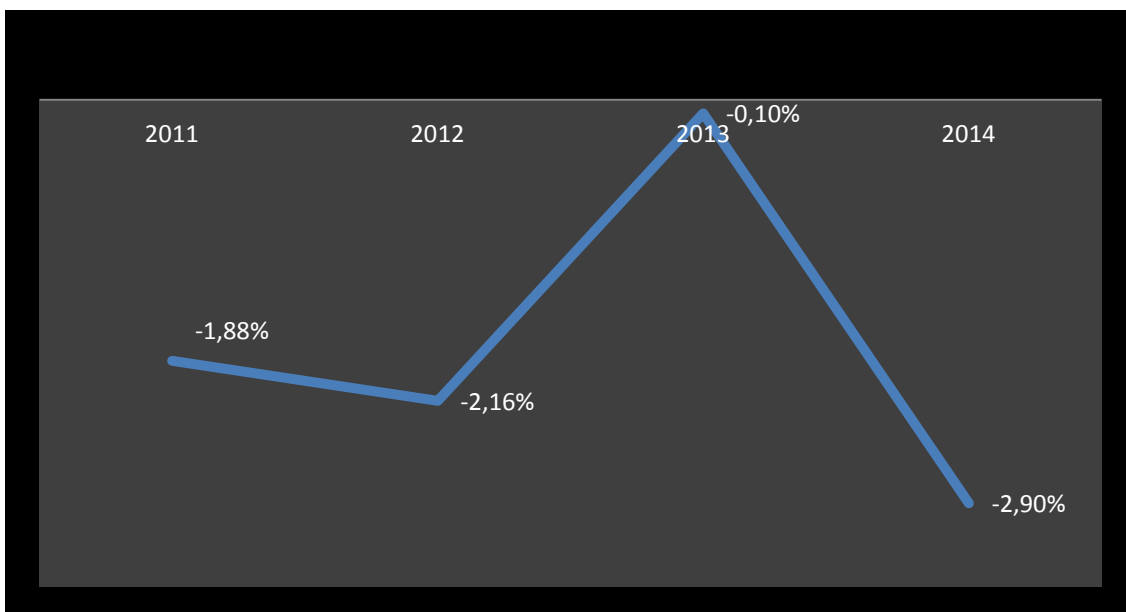
Fonte: Elaboração própria

Analisando o gráfico 5 (ver o anexo 1) podemos verificar que no ano 2011, 2012 e 2014 a rendibilidade do ativo foi negativa decorrente do Resultado Líquido do exercício ter sido negativo, muito por causa da evolução negativa dos resultados financeiros e extraordinários. No entanto, em 2013, este o indicador, foi positivo decorrente do resultado líquido ter sido positivo, pois houve um aumento de 122,53% face ao ano anterior.

Em 2014 tivemos o Resultados Líquidos do exercício negativo de (13.463.890,15), decorrente também sobretudo, do lado dos custos, do aumento das provisões, e do lado dos proveitos, da diminuição dos impostos e taxas e dos proveitos e ganhos extraordinários.

Nos anos em que a rendibilidade do ativo foi negativo, isto demonstra que o ativo do Município de Matosinhos contribui negativamente para resultado deste Município, ou seja, por cada um 1€ de investimento houve um prejuízo de 0,0131 cêntimos em 2011, em 2012 de 0,02 cêntimos, sendo que em 2013 obteve um lucro de 0,0048 cêntimos.

Gráfico 6: Rendibilidade do Ativo (R. Operacional /Ativo Total)



Fonte: Elaboração própria

Durante o quadriênio em análise o Município de Matosinhos teve resultados negativos, o que traduz uma menor eficiência dos ativos e uma menor capacidade destes gerarem resultados.

Analisando o gráfico 6 podemos verificar que no ano 2011, 2012 e 2014 a rendibilidade do ativo foi negativa decorrente do Resultado Operacional ter sido negativo, muito por causa dos custos e perdas operacionais serem superiores aos proveitos e ganhos operacionais (ver o anexo 1).

b) Análise de independência financeira

O conceito de independência financeira (IF)² é aqui abordado segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

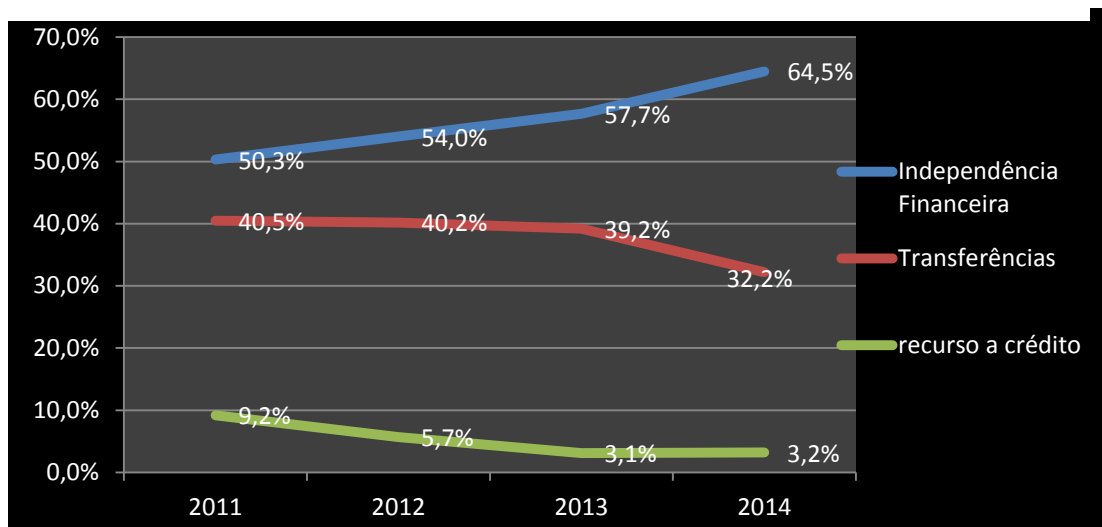
No dizer dos autores deste Anuário, para calcular o grau de independência financeira dos Municípios, adota-se, o rácio que relaciona as receitas próprias com as receitas totais, considerando-se que existirá independência financeira se as receitas próprias representarem, pelo menos, 50% das receitas totais. (Carvalho *et al*, 2013). Deste modo, considera-se que existe independência financeira se as receitas próprias representarem, pelo menos 50,1% das receitas totais, compreendendo-se que quanto maior for este indicador, melhor será desempenho financeiro do Município.

² O indicador de Independência Financeira é diferente do conceito de Autonomia Financeira, como é referido no art.º 3 da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro (LFL). Correspondem aos capítulos da classificação económica das receitas nºs 01,02,04,05,07,08,09,11 e 13.

Importa clarificar que as receitas próprias dizem respeito às receitas totais deduzidas das transferências obtidas e também dos passivos financeiros (empréstimos bancários obtidos).

O indicador de independência financeira é muito importante na medida que as receitas próprias municipais e a capacidade dos Municípios gerarem essas mesmas receitas, constituem o pilar de autonomia e de autossustentabilidade dos Municípios e refletem a capacidade de desenvolvimento, sem recurso a endividamento (ver os apêndices 9, 10 e 11).

Gráfico 7: Independência Financeira



Fonte: Elaboração própria

Para compreender melhor a evolução deste indicador apresenta-se, de forma comparativa para os anos 2011 a 2014, o peso nas receitas totais das receitas próprias, das transferências e dos passivos financeiros.

A análise do gráfico 7 permite-nos concluir que a independência financeira nos 4 anos atingiu o seu maior peso em 2014 (64,5%). Isto aconteceu devido ao aumento das receitas arrecadadas por parte do Município de Matosinhos, nomeadamente, as provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis, que foi de 25.544.365,05€ (peso de 65,23%), Impostos municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, no valor de 5.073.106,17€ (peso de 12,96%) e a Derrama, no valor de 4.572.732,16€ (peso de 11,68%).

Este cenário revela um ligeiro aumento da autonomia financeira do Município, passando de uma independência financeira de 50,3% em 2011 para 64,5% em 2014, ou seja houve um aumento de 14,2% no quadriénio em análise.

Em relação às transferências, em 2011 foi de 40,5% sobre as receitas totais, que mostra uma elevada dependência ao subsídio provenientes do estado e dos fundos comunitários. No entanto, esta dependência tem vindo a diminuir sendo que em 2014 foi de 32,2%.

Em relação as receitas creditícias (passivo financeiro), estas apresentam uma diminuição entre 2011 a 2014, sendo em que 2011 foi de 9,2% e em 2014 foi 3,1% em relação as receitas totais. Esta diminuição deve-se ao efetivo decréscimo do volume real de empréstimo utilizado pelo Município provocado, essencialmente, pelo controlo do limite de endividamento líquido municipal, de acordo com o artigo 37.º da Lei das Finanças Locais.

Gráfico 8 Peso das receitas próprias com a população



Fonte: Elaboração própria

Em 2011 o Município de Matosinhos arrecadou em receitas próprias por Município o valor de 337,54€.

Nos anos de 2013 e 2014 houve um decréscimo, passando de 339,87€ em 2012 para 336,67€ em 2013 e 321,98€ em 2014 (Ver o apêndice 11).

IV.1.5 Análise da Estrutura de Capital e Desempenho Financeiro dos Municípios de grande dimensão

As variáveis em estudo foram definidas em função da revisão da literatura efetuada.

Neste trabalho adotamos como variáveis dependentes o rácio de endividamento total como representação da estrutura financeira e o rácio de rentabilidade do ativo para representar o desempenho económico- financeiro dos Municípios.

Desta forma, de acordo com vários autores (Costa, 2014; Silva, 2013; Vieira, 2013; Dias, 2012), adotamos como variáveis independentes, os rácios que influenciam a estrutura de capitais: a rentabilidade, a composição dos ativos, a dimensão da entidade. Para as variáveis que influenciam a rentabilidade optamos pela oportunidade de crescimento e pela dimensão do Município.

Tabela 3: Rácios calculados para os Municípios de grande dimensão

Município	Ano	Endividamento	Rendibilidade do Ativo	Dimensão	Composição do Ativo	Crescimento
Matosinhos	2011	0,325	-0,013	7,840	0,924	1,085
Matosinhos	2012	0,332	-0,021	8,840	0,927	0,981
Matosinhos	2013	0,324	0,005	8,830	0,921	0,983
Matosinhos	2014	0,312	-0,020	8,820	0,932	0,990
Almada	2011	0,208	0,024	8,580	0,877	1,097
Almada	2012	0,217	0,012	8,580	0,881	0,990
Almada	2013	0,214	0,002	8,570	0,882	0,998
Almada	2014	0,214	0,008	8,580	0,875	1,012
Barcelos	2011	0,254	-0,015	8,440	0,932	0,993
Barcelos	2012	0,304	-0,030	8,450	0,954	1,029
Barcelos	2013	0,309	-0,025	8,440	0,859	0,974
Barcelos	2014	0,309	-0,023	8,420	0,860	0,957
Braga	2011	0,247	0,048	8,700	0,969	1,054
Braga	2012	0,248	0,028	8,710	0,986	1,023
Braga	2013	0,257	0,038	8,740	0,881	1,063
Braga	2014	0,237	0,023	8,780	0,935	1,090
Cascais	2011	0,249	0,023	7,650	0,988	0,408
Cascais	2012	0,257	0,002	8,670	0,966	1,056
Cascais	2013	0,250	0,007	8,700	0,966	1,077
Cascais	2014	0,230	0,026	8,690	0,956	0,976
Coimbra	2011	0,286	0,007	8,580	0,951	1,027
Coimbra	2012	0,303	0,009	8,810	0,948	1,015
Coimbra	2013	0,301	0,003	8,810	0,949	1,004
Coimbra	2014	0,292	0,005	8,830	0,943	1,033
Gondomar	2011	0,495	0,015	8,660	0,975	1,036
Gondomar	2012	0,458	0,003	8,580	0,979	1,003
Gondomar	2013	0,491	-0,010	8,590	0,966	1,009
Gondomar	2014	0,507	-0,028	8,580	0,981	0,980
Guimarães	2011	0,325	0,021	8,660	0,974	1,088
Guimarães	2012	0,323	0,055	8,690	0,931	1,008
Guimarães	2013	0,319	0,015	8,690	0,900	0,994
Guimarães	2014	0,300	0,002	8,690	0,892	1,008
Leiria	2011	0,576	0,034	8,330	0,958	1,024
Leiria	2012	0,473	0,057	8,370	0,872	1,109
Leiria	2013	0,431	0,052	8,400	0,851	1,053
Leiria	2014	0,458	0,041	8,450	0,831	1,113
Lisboa	2011	0,473	0,033	6,550	0,883	0,996
Lisboa	2012	0,365	0,114	6,550	0,727	0,995
Lisboa	2013	0,390	0,003	6,560	0,875	1,032
Lisboa	2014	0,395	0,005	6,480	0,879	0,832
Maia	2011	0,309	-0,009	8,650	0,969	0,971
Maia	2012	0,295	-0,012	8,640	0,959	0,979
Maia	2013	0,288	-0,017	8,630	0,961	0,966
Maia	2014	0,279	-0,002	8,610	0,968	0,947
Oeiras	2011	0,172	-0,004	8,660	0,966	1,030
Oeiras	2012	0,161	0,021	8,670	0,959	1,027
Oeiras	2013	0,189	0,066	8,720	0,925	1,129
Oeiras	2014	0,194	0,059	8,730	0,935	1,011

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a análise efetuada para o período entre 2011 a 2014, não se verificaram oscilações significativas nas variáveis em análise.

Face aos 4 anos em análise, em 2014 verifica-se que existe uma menor dependência do capital alheio para financiar o Município em termos de endividamento. No geral, não houve grande dependência em financiar a sua atividade através do capital alheio.

IV.1.5.1 Análise descritiva

Na tabela 4 apresentam-se os seguintes valores: o mínimo, o máximo, a média, o desvio-padrão e o número de observações referentes aos anos 2011, 2012, 2013 e 2014.

Tabela 4: Análise descritiva de 2011

2011					
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio - padrão
Endividamento	12	,172	,576	,32648	,124206
Rendibilidade do Ativo	12	-,015	,048	,01367	,020506
Dimensão	12	6,550	8,700	8,27500	,642276
Crescimento	12	,408	1,097	,98408	,185650
Composição do Ativo	12	,877	,988	,94709	,036101
2012					
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio - padrão
Endividamento	12	,161	,473	,31110	,090394
Rendibilidade do Ativo	12	-,030	,114	,01984	,039995
Dimensão	12	6,550	8,840	8,46333	,617021
Crescimento	12	,979	1,109	1,01792	,036293
Composição do Ativo	12	,727	,986	,92400	,071378
2013					
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio - padrão
Endividamento	12	,189	,491	,31361	,087897
Rendibilidade do Ativo	12	-,025	,066	,01138	,027364
Dimensão	12	6,560	8,830	8,47333	,616859
Crescimento	12	,966	1,129	1,02350	,048620
Composição do Ativo	12	,851	,966	,91138	,042196
2014					
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio - padrão
Endividamento	12	,194	,507	,31040	,097184
Rendibilidade do Ativo	12	-,028	,059	,00799	,025856
Dimensão	12	6,480	8,830	8,47167	,640977
Crescimento	12	,832	1,113	,99575	,071369
Composição do Ativo	12	,831	,981	,91552	,046910

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Nas tabelas 4 podemos observar que o rácio de endividamento médio é de 0,326 no ano 2011, 0,311 no ano 2012, 0,313 no ano 2013 e de 0,310 no ano 2014.

Relativamente às variáveis independentes, verifica-se que a volatilidade não é elevada, na medida em que, na maioria dos casos, o desvio-padrão encontra-se abaixo da média da respetiva variável. O desvio padrão da rendibilidade situa-se entre os 0,25 em 2014.

A rendibilidade média, em 2011, foi de 4,8%, aumentando, em 2012, para 11,4% e em 2014 desceu para os 5,9%.

Em relação à dimensão, a média, em 2014 foi de 8,83, não havendo grande diferença em relação aos anos anteriores.

Quanto à composição do ativo, a média, em 2011, foi de 0,988, diminuindo para 0,981, em 2014.

O desvio padrão da dimensão e da composição do ativo situa-se entre os 0,64 e 0,04, respetivamente, em 2014.

O indicador crescimento apresenta uma média de 1,01 em 2011, passando para uma média de 0,99 em 2014.

Concluimos que em todos os anos a amostra apresentou resultados muito semelhantes quanto às variáveis dimensão, crescimento e rendibilidade do ativo.

IV.1.5.2 Análise Inferencial

O primeiro passo na análise inferencial é a aplicação do teste de *Kolmogorov-Smirnov*, a fim de se verificar que testes estatísticos aplicar (paramétricos ou não-paramétricos).

O teste de normalidade é feito através da análise exploratória de dados para averiguar se as variáveis intervalares seguem (ou não) uma distribuição aproximadamente normal na amostra, (Martins, 2011).

Caso se verifique a existência de normalidade podemos utilizar testes paramétricos, caso contrário, teremos que optar por testes não-paramétricos.

Assim, com a utilização do *software* IBM SPSS procedeu-se à realização do teste de normalidade.

O teste de *Kolmogorov-Smirnov* (K-S) permite apurar se uma determinada amostra provém de uma população com distribuição (Silvestre e Araújo, 2012).

Deste modo, as hipóteses nulas e alternativas a testar são:

H_0 : Os dados seguem uma distribuição normal.

H_1 : Os dados não seguem uma distribuição normal.

Assim, se se verificar H_0 podemos utilizar testes paramétricos. Se se verificar H_1 teremos que usar os testes não-paramétricos (Silvestre & Araújo, 2012).

Tabela 5: Teste da normalidade

<i>Kolmogorov-Smirnov^a</i>			
Variáveis	Estatística	df	p-valor
Endividamento	,191	48	,000
Rendibilidade do Ativo	,128	48	,048
Dimensão	,321	48	,000
Composição do Ativo	,140	48	,020
Crescimento	,266	48	,000

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Assim, segundo a tabela 5, podemos verificar que em todos os casos o p-valor $< \sigma = 0,05$, ou seja, a amostra em estudo não apresenta uma distribuição normal.

Portanto, a regra é rejeitar H_0 , se o p-valor $< 5\%$.

Neste sentido, verifica-se a hipótese alternativa e teremos que usar os testes não-paramétricos.

Os testes não-paramétricos não estão condicionados por qualquer distribuição de probabilidade dos dados em análise, sendo também designados por “*distribution-free tests*” (Ferreira, 2010).

Deste modo, a inferência estatística que se apresenta seguidamente visa dar resposta ao sexto objetivo proposto.

a) Teste de de *Kruskal-Wallis*

O Teste de *Kruskal-Wallis* constitui o teste equivalente não-paramétrico da análise de variância (ANOVA) Uni fatorial.

Trata-se de um teste para averiguar se há diferenças entre três ou mais grupos independentes ao nível de uma variável dependente ordinal, (Martins, 2011).

Neste teste pretendente verificar se existem diferenças entre os grupos de variáveis mediante o ano.

Realizando a análise das diferenças relativamente às variáveis Endividamento, Rendibilidade do Ativo, Dimensão, Composição do Ativo e Crescimento, mediante o ano, não se verificaram

quaisquer diferenças estatisticamente significativa, para um nível de significância de 0,05 (IC=95%). (apêndice 15).

Tabela 6: Teste de *Kruskal-Wallis*

Teste de <i>Kruskal-Wallis</i>			
	χ^2	d.f	p-valor
Endividamento	0,166	3	0,983
Rendibilidade do ativo	0,630	3	0,890
Dimensão	3,570	3	0,312
Composição do Ativo	5,487	3	0,139
Crescimento	2,052	3	0,562

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

O indicador endividamento apresenta um valor de $\chi^2 = 0,166$, com 3 graus de liberdade e uma significância associada $p = 0,983 > 0,05$, ou seja, não existe qualquer diferença estatisticamente significativa (Tabela 6).

A rendibilidade do ativo mostra um valor de $\chi^2 = 0,630$, com 3 graus de liberdade e um $p = 0,890$, não se verificando qualquer diferença estatisticamente.

Este cenário acontece para todos os outros indicadores, não se verificando quaisquer diferenças significativa, com o $p\text{-valor} > \sigma$.

Sinteticamente podemos afirmar que, perante o teste de *Kruskal-Wallis*, as variáveis em estudo não apresentam quaisquer diferenças estatisticamente significativas.

b) Teste de *Spearman*

Há diferentes testes que podem ser realizados para comprovar a relação existente entre duas variáveis.

Portanto, vamos dar continuidade ao nosso estudo através do teste de correlação não paramétrica de *Spearman*, a fim de verificar se existe uma relação entre as variáveis definidas.

O coeficiente de correlação de *Spearman* “consiste num teste de associação que explora se duas (ou mais) variáveis ordinais (ou uma ordinal e uma intervalar) estão associadas”, (Martins, 2011, p.111). Tal como no caso de *Pearson*, também o coeficiente de correlação de *Spearman* permite a avaliação da força e direção dessa associação.

Neste sentido, Silvestre e Araújo (2012) complementam afirmando que o coeficiente de *Spearman* é um tipo de teste estatístico não paramétrico, ou seja, pode ser usado para amostra que não tenham uma distribuição normal.

Ainda de acordo com Faísca (2010), o coeficiente de correlação de Spearman varia entre - 1 e + 1. Quanto mais próximo estiver destes extremos, maior será a associação entre as variáveis.

O sinal negativo da correlação significa que as variáveis variam em sentido contrário, isto é, as categorias mais elevadas de uma variável estão associadas as categorias mais baixa da outra variável.

Para efetuarmos a interpretação do coeficiente de correlação temos de ter em atenção: i) o sinal (+ ou -) do coeficiente que indica o sentido da relação entre as duas variáveis; e ii) a magnitude do coeficiente indica a intensidade da relação entre as duas variáveis, (Faísca, 2010).

Tabela 7: Teste de Correlação de Spearman

			Endividamento	Rendibilidade do Ativo	Dimensão	Composição do Ativo	Crescimento
Spearman's rho N= 48	Endividamento	Coeficiente de Correlação	1,000				
		P-Valor					
	Rendibilidade do Ativo	Coeficiente de Correlação	-,106	1,000			
		P-Valor	,473				
	Dimensão	Coeficiente de Correlação	-,361*	,038	1,000		
		P-Valor	,012	,798			
	Composição do Ativo	Coeficiente de Correlação	-,100	-,190	,307*	1,000	
		P-Valor	,498	,197	,034		
	Crescimento	Coeficiente de Correlação	-,086	,460**	,140	-,088	1,000
		P-Valor	,562	,001	,344	,550	

- Correlação é significativa ao nível 0.05. ** Correlação é significativa ao nível 0.01

Observando a tabela 7, pode concluir-se que a dimensão é um fator que influencia o nível endividamento dos 12 Municípios de grande dimensão em análise.

Também constatamos que o crescimento é um fator de influência para a rendibilidade do ativo, bem como, a dimensão é um fator que influencia a composição do ativo.

Para a associação existente entre o Endividamento e a Rendibilidade do ativo através coeficiente de correlação de Spearman, os resultados não apresentam uma relação estatisticamente significativa, portanto, rejeita-se a hipótese 2³. Os resultados obtidos não foram de acordo com as conclusões de Dias (2012).

³ Existe uma associação negativa entre a rendibilidade e o nível de endividamento.

Como já verificado anteriormente, foram vários os autores que estudaram a relação entre a dimensão e o endividamento das entidades, em que se verificava um consenso na existência de uma relação positiva entre o endividamento e a dimensão.

Partindo-se desse pressuposto também neste estudo se formulou a hipótese 1⁴ de se verificar uma associação positiva. No entanto após a análise dos dados verifica-se a existência de uma relação negativa estatisticamente significativa. Como podemos verificar, a dimensão entre o ano de 2011 à 2014 teve um ligeiro aumento e o endividamento evoluiu de forma inversa o que nos leva a concluir que existe uma relação negativa entre a dimensão e o endividamento, em que no nosso ($r_s = -0,361$, $p=0,012 <0,05$) para um nível de significância de 5%. O nosso resultado é semelhante ao encontrado por Dias (2012) no seu estudo. Neste sentido, podemos afirmar de 36,1% da variabilidade do endividamento é influenciado pela dimensão.

Para a hipótese 3⁵ de se verificar uma associação positiva entre o endividamento e a composição do ativo dos Municípios em análise, os resultados não são estatisticamente significativos, não apresentando qualquer relação entre o nível de endividamento e a composição do ativo, rejeita-se assim a hipótese 3.

Verifica-se uma correlação positiva para um nível de significância de 1% entre a rentabilidade do ativo e o crescimento, ou seja, os Municípios com maior taxa de crescimento apresentam uma maior rentabilidade do ativo. Este resultado confirma a nossa hipótese 4⁶, com um ($r_s = 0,460$, $p = 0,001 < 0,01$) para um nível de significância de 1%. Portanto, aceita-se a hipótese 4.

Porém, em relação à associação positiva entre a rentabilidade do Município e a sua dimensão, os resultados evidenciaram uma inexistência de qualquer relação entre as variáveis, rejeita-se assim a hipótese 5⁷.

Apesar de não se ter apresentado nenhuma hipótese de existir uma relação entre a dimensão do Município e a composição do ativo, este estudo permitiu concluir que existe uma relação positiva, com um nível de significância de 5%, ($r_s = 0,307$, $p = 0,034 < 0,05$).

⁴ Existe uma associação positiva entre a dimensão dos Municípios e o seu nível de endividamento.

⁵ Quanto maior for o valor dos ativos do Município maior será o seu rácio de endividamento.

⁶ Existe uma associação positiva entre rentabilidade do ativo e o crescimento do Município.

⁷ Existe uma associação positiva entre a dimensão do Município e a rentabilidade do ativo.

V. Conclusão

O tecido municipal português é composto por 24 Municípios de grande dimensão.

Para a realização deste estudo foi considerado a mostra inicial de 24 Municípios de grande dimensão. No entanto, devido à falta de informação, este estudo analisou 12 Municípios de grande dimensão.

Para os cálculos dos rácios para análise económica e financeira do Município de Matosinhos foi utilizado a folha de Excel 2010, bem como as variáveis para a análise estatística. A análise estatística foi feita com recurso ao *software* estatístico IBM SPSS versão 21.

Em relação a esta amostra, foi obtido um conjunto de indicadores económicos- financeiros que, em conjunto com as metodologias anteriormente referidas, permitiram obter um conjunto de conclusões. A análise da situação económico-financeira foi efetuada tendo em conta vários rácios a nível de equilíbrio financeiro a curto, médio e longo prazo, a nível da rentabilidade, da evolução dos custos e dos proveitos bem como da independência financeira deste Município.

A informação financeira é bastante importante para as entidades uma vez que é através do estudo e análise desta que se pode obter um julgamento seguro sobre a situação da entidade. A análise económica e financeira tem como objetivo formular juízos de valor sobre a robustez financeira de uma entidade.

	2011	2012	2013	2014
Liquidez geral	1,54	2,57	4,01	3,48
Liquidez reduzida	1,53	2,56	3,98	3,45
Liquidez imediata	0,2	0,43	0,91	0,88
Autonomia Financeira	67,53%	66,82	67,62	68,83
Solvabilidade	207,97%	201,38%	208,83%	220,82%
CIPPS	80,10%	78,60%	79,90%	79,70%
CIP próprios	73,71%	97,10%	73,50%	73,80%
Endividamento MPL	6,49%	5,99%	5,97%	5,50%
Endividamento CP	4,94%	2,85%	1,98%	1,95%
Independência Financeira	50,3%	54,0%	57,7%	64,5%

No contexto do desempenho económico e financeiro do Município de Matosinhos, os resultados obtidos permitiram concluir que, no curto prazo, o Município de Matosinhos encontra-se numa situação favorável em termos de equilíbrio financeiro, com uma boa margem de segurança, ou seja, consegue solver os compromissos a curto prazo. Surgiu uma melhoria a nível de liquidez geral, apresentando um índice de boa gestão ao nível de tesouraria, sendo que, em 2013 apresentou melhores condições de poder satisfazer as suas dívidas de curto prazo utilizando apenas os seus recursos mais líquidos.

No que toca ao médio e longo prazo, verifica-se que o Município de Matosinhos, ao longo do quadriénio em análise, foi recorrendo cada vez menos a capitais alheios para conseguir financiar os seus ativos, tendência positiva em termos do equilíbrio da estrutura financeira municipal.

Verificou-se uma melhoria relativamente à Autonomia Financeira, Solvabilidade e ao Grau de Cobertura do Imobilizado.

O facto dos valores da AF serem crescentes, demonstra que a estabilidade financeira do Município de Matosinhos tem aumentado e que esta financia os seus ativos sobretudo com capitais próprios.

Evidenciou-se uma redução do financiamento do imobilizado por capitais exigíveis a MPL, tendência positiva em termos do equilíbrio da estrutura financeira municipal.

De forma contrária, verificou-se uma menor rendibilidade do ativo (resultados negativos) do Município de Matosinhos, o que traduz uma menor eficiência dos ativos e uma menor capacidade destes gerarem resultados.

Da análise efetuada aos rácios que apresentam uma maior variação durante o período de estudo (2011 a 2014), verifica-se um padrão de uma melhoria dos resultados no período de 2014.

A independência financeira nos 4 anos atingiu o seu maior peso em 2014 (64,5%). Isto aconteceu devido ao aumento das receitas arrecadadas por parte do Município de Matosinhos. Isto mostra que o Município de Matosinhos, apresenta uma maior autonomia e autossustentabilidade, recorrendo, cada vez menos ao endividamento.

No geral, apesar da crise atual, podemos concluir que, o Município de Matosinhos apresenta uma boa saúde financeira.

Em relação à análise inferencial realizada os resultados permitiram inferir acerca da existência ou inexistência de uma associação das hipóteses formuladas.

Ao contrário da hipótese formulada e das conclusões chegadas em grande parte dos estudos efetuados verifica-se a existência de uma relação negativa, a um nível de significância de 5%, ($r_s = -0,361$, $p = 0,012$) entre o nível de endividamento e a dimensão dos doze Municípios portugueses de grande dimensão, não comprovando a nossa Hipótese 1.

Para a associação existente entre a rendibilidade e o endividamento, em termos genéricos os resultados não são significativos, por isso rejeita-se a Hipótese 2, não se evidenciando qualquer relação entre as variáveis em estudo.

No que toca à associação existente entre a composição do ativo e o endividamento dos Municípios, os resultados não são significativos, não se verificando nenhuma relação entre as variáveis, rejeitando-se a Hipótese 3.

Verifica-se uma correlação positiva, para um nível de significância de 1%, entre a rendibilidade do ativo e crescimento, ou seja, os Municípios com maior taxa de crescimento apresentam uma maior rendibilidade do ativo. Este resultado confirma a nossa Hipótese 4, com um ($r_s = 0,460$, $p = 0,001 < 0,01$) para um nível de significância de 1%.

Em relação à associação positiva entre a rendibilidade do Município e a sua dimensão, os resultados evidenciaram uma inexistência de qualquer relação entre as variáveis, ou seja, não apresentam nenhuma associação estatística significativa, rejeitando-se, assim, a Hipótese 5.

O estudo mostra uma relação positiva entre a dimensão e a composição do ativo, ou seja, quanto maior a dimensão maior é a composição do ativo dos Municípios em análise, com um nível de significância de 5%, apesar de a literatura não evidenciar qualquer informação a este respeito, este estudo permitiu concluir sobre a existência de uma relação positiva entre a dimensão do Município e a sua composição do ativo.

Limitações

As dificuldades que os estudos desta natureza enfrentam têm a ver essencialmente com a falta de dados que podem afetar a robustez das análises. Inicialmente tínhamos definido uma mostra de 24 Municípios de grande dimensão. Contudo, para a realização deste trabalho foi necessário excluir 12 Municípios, por falta de informação completa para todos os anos em análise.

Outra limitação encontrada assentou na falta de estudos sobre a análise económica e financeira em Portugal, relativamente aos Municípios.

O estudo realizado por Gomes *et al* (2011), citado por Oliveira (2012) mostra que os Municípios portugueses enfatizam a informação financeira e orçamental, mas a sua publicação nos relatórios anuais continua escassa.

Em futuras investigações sugere-se o aumento da amostra, bem como uma análise comparativa do desempenho económico e financeiro dos restantes Municípios.

A introdução de novas variáveis, como por exemplo a liquidez, poderá revelar-se interessante, podendo analisar-se se os Municípios com maior liquidez recorrem menos ao endividamento.

VI. Bibliografia

Almeida, C. M. (2012). *“Análise de Balanços e Estudos de Indicadores económicos com base nos modelos do SNC”*. OTOC.

Alves, C. S. (Dezembro de 2004). *“Análise Financeira e Gestão Orçamental”*.

http://portal.iefp.pt/xeobd/attachfileu.jsp?look_parentBoui=9054457&att_display=n&att_download=y, Acedido em 14 de Abril de 2015, portal.iefp.pt.

Bardin, L. (2013). *“Análise de conteúdo*. Lisboa”: Edições 70.

Carvalho, João; Fernandes, M. J & Teixeira, A. (2002). *“Pocal comentado: Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais”*. Lisboa: Reis dos Livros.

Carvalho, João; Fernandes, M. J; Camões, P & Jorge, S. (2006). *“Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2006”*. Lisboa: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Carvalho, João; Fernandes, M. J; Camões, P & Jorge, S. (2012). *“Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2010”*. Lisboa: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Carvalho, João; Fernandes, M. J; Camões, P & Jorge, S. (2014). *“Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (2013)”*. Lisboa: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Dias, Carla (2012). *“Estrutura de Capital e Determinantes da Rendibilidade das Empresas do Distrito de Santarém”*. Dissertação de Mestrado em Auditoria e Análise Financeira pela Escola Superior de Gestão de Tomar.

<http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/5859/1/Diserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado%20-%20Carla%20Dias%20-%20n%C2%BA%2014530.pdf>, Acedido em 15 de Setembro de 2015.

Domingues, R. (2009). *“Indicadores de Desempenho Económico e Financeiro das PME's no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística”*. Relatório de estágio no âmbito do mestrado em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/12053>, Acedido em 21 de Junho de 2015.

Farinha, J. B. R (1994) *“ Análise de rácios financeiros”*.

http://www.jorgefarinha.com/fotos/gca/Analise_de_Racios_Financeiros.pdf, Acedido em 27 de Setembro de 2015.

Fernandes, A. N. (2010). *“Definição e análise dos indicadores económico-financeiros para monitorização e acompanhamento das empresas do UPTEC”*.

- Fernandes, C; Peguinho, C; Vieira, E & Neiva, J. (2014). “*Análise Financeira: Teoria e Prática* “. (1.ª Edição). Lisboa: Edições Sílado, Lda.
- Ferreira, A. M. (2010). “*Testes não-paramétricos*”. Escola Superior Agrária Castelo Branco.
- http://docentes.esa.ipcb.pt/mede/apontamentos/testes_ao_parametricos.pdf , Acedido no 1 de Outubro de 2010.
- Ferreira, P. (2005). “*Estatística descritiva e inferencial*”. Breves Notas, Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia.
- Flick, U. (2009). “*Introdução à pesquisa qualitativa*”. (3.ª Edição). Porto Alegre: Artmed.
- Galera, A. N; Rodríguez, D. O. & Hernández, A. M. (2008). “Identifying barriers to the application of standardized performance indicators in local government”. *Public Management Review*, p.241-262.
- Gerigk, W & Clemente, A. (2012). “Gestão Financeira dos Municípios Brasileiros de Porte Médio”. *Double blind review*, 13 n.º1, 34-59, ISSN 1984-6983 (Revista online).
- <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=www.spell.org.br/documentos/download/3889+&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>, Acedido no dia 15 de Abril de 2015 .
- Guerra, I. C (2006). “*Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*”. (1.ª Edição). Cascais. Príncipia Editora, Lda.
- Junior, F.P. (2012). “*A Estrutura do Capital das PME’S e das Grandes Empresas: Uma análise comparativa*”. Dissertação apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para à obtenção do grau de Mestre em Gestão.
- <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/20000/1/Francisco%20Pinheiro%20da%20Silva%20Junior%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado.pdf>, Acedido em 5 de Outubro de 2015.
- Leal, I. M. (2013). “*Análise de rácios financeiros e a sua influência na concessão de descontos aos lojistas*”. Projeto de Estágio pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/69607>, Acedido no dia 27 de Maio de 2015.
- Lochard, J. (2003). “*Os Rácios essenciais: Como os utilizar, interpretar e comentar*”. Lisboa: Bertrand Editora.
- Marques, C. (2009). “*Análise Económico-Financeira de uma empresa*”. Relatório de Estágio apresentado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/12049>, Acedido no dia 16 de Abril de 2015.

Martins, A. (2004). “*Introdução à Análise Financeira de Empresas*”. (2.^a Edição). Porto: Vida Económica.

Martins, C. (2011). “*Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS*”. Saber Decidir, Fazer, Interpretar e Redigir. (1.^a Edição). Psiquilíbrios Edições.

Martins, F. (1979). “*A Gestão orçamental das Autarquias Locais*” (Caderno n.º5). Coimbra. Núcleo de Estudos da Vida Local.

Morgotto, P. (2012). *Estatística Computacional: Uso do SPSS*.

Morais, Carlos (2005). “*Escalas de Medida, Estatística Descritiva e Inferência Estatística*”. Escola Superior de Bragança.

http://www.researchgate.net/publication/242681022_Escalas_de_Medida_Estatstica_Descritiva_e_Inferencia_Estatstica , acedido em 25 de Agosto de 2015.

Moreira, J. A. (1997). “*Análise Financeira de Empresas*”. Porto: Vida Económica.

Nabais, C & Nabais, F. (2004). *Prática Financeira: “Análise Económica & Financeira”* (6.^a Edição). Editora. Lidel.

Nabais, C & Nabais, F. (2011). *Prática Financeira I: “Análise Económica & Financeira”* (6.^a Edição - Atualizada com base no SNC). Editora. Lidel

Neves, J. C. (1997). “*Análise Financeira: Métodos e Técnicas*” (10.^a Edição.). Lisboa: Texto Editora, LDA.

Neves, J. C. (2007). “*Análise Financeira – Técnicas Fundamentais*” (1.^a Edição, 19.^a Tiragem). Lisboa: Texto Editora.

Oliveira, J. F. (2012). “*Indicadores de desempenho e a accountability na Administração Pública*”. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Administração Pública pela Universidade de Aveiro.

<http://ria.ua.pt/handle/10773/11021>, Acedido em 31 de Dezembro de 2014.

Padoveze, C. L & Benedicto, G. C. (2004). “*Análise das Demonstrações Financeiras*”. São Paulo: *Pioneira Thomson Learning*.

Peyrard, J. (1992). “*Gestão financeira com exercícios*”. (1.^a Edição). Lisboa: Publicações Dom Quixote, Lda.

Pinho, C. S & Tavares, S. (2005). "Análise Financeira e Mercados". Lisboa. Áreas Editora.

Ponikvar, N; Tajnikar, M & Pusnik, K. (2009). "Performance ratios for managerial decision making in a growing firm". *Journal of Business Economics and Management*, 109-120.

Reis, E. (2002). "*Estatística Descritiva*". (5.ª Edição, 2.ª Reimpressão). Edições Sílabo.

Rocha, C. S. (2015). "Os Indicadores de Gestão na Prestação de Contas dos Municípios Portugueses". Dissertação de Mestrado em Estudos de Gestão pela Universidade do Minho. Braga.

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/35700/1/C%C3%A9lia%20Cristina%20Silva%20Rocha.pdf>, Acedio no dia 6 de Julho de 2015.

Roda, A. F. (2011). "*Análise Económico-Financeira de Empresas e o seu Impacto na Gestão do Risco de Crédito*". Relatório de Estágio Banco Santander Consumer Portugal. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/4342>, Acedido em 2 de Setembro de 2015.

Ross, S.A. (1977). "The determination of financial structure": the incentive signaling approach, *Bell Journal of Economics*, Vol.8, nº1, pp. 23-40.

Sandra, C (2014). "*Impacto da Crise na Performance Económico-Financeira das Empresas*". Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças pela Escola Superior de Ciências Empresarias, Instituto Politécnico de Setúbal.

<http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/7946/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Sandra%20PDF%20corrigido.pdf>, Acedido em 17 de Dezembro de 2014.

Silva, E. S. (2010). "*Gestão Financeira - Análise de Fluxos Financeiros*" (4.ª Edição, Revista e Atualizada). Porto. Vida Económica.

Silva, E. S & Martins, C. (2011). Classe 1 - Meios Financeiros Líquidos. Porto. Vida Económica.

Silva, Susana Apolinário (2013). "*Determinantes da Estrutura de Capitais: evidência empírica das empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisbon*". Dissertação de Mestrado em Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/70229>, Acedido no dia 07 de Setembro de 2015.

Silva, O. (2001). "*Estatística não-paramétrica: Teste de hipóteses e medidas de associação*". Universidade dos Açores, Departamento de Matemática.

<http://www.amendes.uac.pt/monograf/monograf01estatNparamt.pdf>, Acedido em 8 de Outubro de 2015.

Silvestre, H. C & Araújo, J. P (2012). “*Metodologia para a Investigação Social*”. Lisboa. Escolar Editora.

Smith, P. (1990). “The use of performance indicators in the public sector”, 153 (1). *Journal of the Royal Statistical Society*, p. 53-72.

Teixeira, A. B; Mata, C; Pardal, P. N & Teixeira, N. (2013). “Avaliação e Divulgação de Indicadores de Desempenho dos Municípios Portugueses”: O Caso do Distrito de Setúbal. *Revista Universo Contábil*, 9, n. 1, 147-168.

Tong, G & Green, C. (2005), Pecking Order or Trade-off hypothesis? Evidence on the capital structure of Chinese companies, *Applied Economics*, Vol. 37, pp. 2179-2189.

Tristão, P. A & Dutra, V. R. (2012). Fatores que Influenciam na Estrutura de Capital das Empresas Listadas na Bovespa. *Revista de Administração da UFSM*, 309-320.

Vieira, E. (2013). “Determinantes da Estrutura de Capital das Empresas Portuguesas Cotadas”. *Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 37-5.

Vieira, M. B. (2013). “*Financiamento das Empresas Portuguesas*”. Dissertação Master in Finance. Universidade de Porto FEP- Economia e Gestão.

Vogt, M., Degenhart, L., Kaveski, I.D.S., Fank, O.L (2013). “Análise dos Fatores que Determinam o Desempenho das Empresas Familiares Brasileiras de Capital Aberto Listadas na BM&FBovespa Pertencentes ao Setor de Consumo Cíclico”. *5º Congresso UFSC*.

<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140404154034.pdf>, Acedido em 25 de Setembro de 2015.

Vogt, M; Degenhart, L & Silva, T. D. (2014). “Influência do Desempenho de Mercado no Desempenho Económico-Financeiro das Empresas de Tecnologia da Informação em Ambiente Global”. *FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau*.

http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2014/artigos/E2014_T00281_PCN30113.pdf , Acedido em 25 de Setembro de 2015.

Yin, R. (2005). “*Estudo de Caso: planejamento e métodos*” (3.^a Edição). Porto Alegre: Bookman.

Legislação:

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Regime Jurídico das Autarquias Locais.

A Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro - Lei das Finanças Locais (LFL).

Sites consultados:

Relatório de Gestão do Município de Matosinhos: <http://www.cm-matosinhos.pt/>, recolhido no dia 30/03/2015.

Relatório de Gestão do Município de Almada:

http://www.malmada.pt/xportal/xmain?xid=cmav2&xpgid=genericPage&genericContentPage_qry=BOUI=7300538&actualmenu=18122161, recolhido em 27/07/2015.

Relatório de Gestão do Município de Barcelos: <http://www.cm-barcelos.pt/>, recolhido em 27/07/2015.

Relatório de Gestão do Município de Braga: <http://www.cm-braga.pt/>, recolhido em 27/07/2015.

Relatório de Gestão do Município de Cascais: <http://www.cm-cascais.pt/gestao-financeira>, recolhido em 27/07/2015.

Relatório de Gestão do Município de Coimbra:

https://www.cmcoimbra.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=136&Itemid=381, recolhido em 27/07/2015.

Relatório de Gestão do Município de Gondomar:

http://www.cm-gondomar.pt/frontoffice/pages/278?news_id=1389, recolhido em 27/07/2015.

Relatório de Gestão do Município de Guimarães: <http://www.cm-guimaraes.pt/>, recolhido em 27/07/2015.

Relatório de Gestão do Município de Leiria: <http://www.cm-leiria.pt/pages/323>, recolhido em 27/07/2015.

Relatório de Gestão do Município de Lisboa: <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/camara-municipal/financas/prestacao-de-contas>, recolhido em 27/07/2015.

Relatório de Gestão do Município de Maia: <http://www.cm-maia.pt/index.php/camara/coluna-3-camera/info-economica-financa>, recolhido em 27/07/2015.

Relatório de Gestão do Município de Oeiras:

<http://www.cmoeiras.pt/municipio/DocEcoFinEst/RelConGer/Paginas/RelatorioeContadeGerencia.aspx>, recolhido em 27/07/2015.

Anexos

Anexo 1: Balanço e Demonstração dos Resultados do Município de Matosinhos

Balanço

(Un: Euros)

Descrição	2011		2012		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
ATIVO						
IMOBILIZADO	643.829.040,32	92,4	633.925.044,38	92,7	-9.903.995,94	-1,5
Bens de Domínio Público	109.810.646,83	15,8	100.953.417,74	14,8	-8.857.229,09	-8,1
Imobilizações Incorpóreas	739.055,22	0,1	466.509,93	0,1	-272.545,29	-36,9
Imobilizações Corpóreas	531.645.822,39	76,3	530.871.600,83	77,6	-774.221,56	-0,1
Investimentos Financeiros	1.633.515,88	0,2	1.633.515,88	0,2	0,00	0,0
CIRCULANTE	53.183.038,32	7,6	50.122.923,85	7,3	-3.060.114,47	-5,8
Existências	366.824,74	0,1	267.549,32	0,0	-99.275,42	-27,1
Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos	70.799,74	0,0	71.262,98	0,0	463,24	0,7
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	42.392.593,03	6,1	38.986.291,37	5,7	-3.406.301,66	-8,0
Títulos Negociáveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Disponibilidades	7.012.635,28	1,0	8.419.312,69	1,2	1.406.677,41	20,1
Acréscimos e Diferimentos	3.340.185,53	0,5	2.378.507,49	0,3	-961.678,04	-28,8
TOTAL DO ACTIVO	697.012.078,64	100,0	684.047.968,23	100,0	-12.964.110,41	-1,9
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
FUNDOS PRÓPRIOS	470.687.148,60	100,0	457.074.742,91	100,0	-13.612.405,69	-2,9
<i>Património</i>	429.128.477,09	91,2	428.955.171,88	93,8	-173.305,21	0,0
<i>Reservas de Reavaliação</i>	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<i>Reservas Legais</i>	2.352.232,01	0,5	2.352.232,01	0,5	0,00	0,0
<i>Reservas Livres</i>	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<i>Subsídios</i>	6.844.413,72	1,5	8.414.473,09	1,8	1.570.059,37	22,9
<i>Doações</i>	6.582.808,40	1,4	7.684.472,82	1,7	1.101.664,42	16,7
<i>Resultados Transitados</i>	34.920.761,51	7,4	24.243.610,86	5,3	-10.677.150,65	-30,6
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	-9.141.544,13	-1,9	-14.575.217,75	-3,2	-5.433.673,62	59,4
PASSIVO	226.324.930,04	100,0	226.973.225,32	100,0	648.295,28	0,3
<i>Provisões para riscos e encargos</i>	0,00	0,0	13.395.042,96	5,9	13.395.042,96	0,0
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	45.246.631,74	20,0	40.951.574,74	18,0	-4.295.057,00	-9,5
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	34.424.480,59	15,2	19.478.977,53	8,6	-14.945.503,06	-43,4
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	146.653.817,71	64,8	153.147.630,09	67,5	6.493.812,38	4,4
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	697.012.078,64	100,0	684.047.968,23	100,0	-12.964.110,41	-1,9

Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2011		2012		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
CUSTOS E PERDAS						
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	807.313,79	0,8	650.344,56	0,6	-156.969,23	-19,4
Fornecimentos e Serviços Externos	27.135.980,51	26,6	23.608.176,62	21,4	-3.527.803,89	-13,0
Custos com o Pessoal	30.323.509,34	29,7	28.721.514,98	26,1	-1.601.994,36	-5,3
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	10.808.649,12	10,6	7.918.096,74	7,2	-2.890.552,38	-26,7
Amortizações do Exercício	27.244.035,20	26,7	24.647.928,76	22,4	-2.596.106,44	-9,5
Provisões do Exercício	0,00	0,0	15.563.224,35	14,1	15.563.224,35	0,0
Outros Custos Operacionais	391.838,98	0,4	158.285,26	0,1	-233.553,72	-59,6
(A) Custos e Perdas Operacionais	96.711.326,94	94,9	101.267.571,27	91,9	4.556.244,33	4,7
Custos e Perdas Financeiros	1.605.332,08	1,6	1.580.777,42	1,4	-24.554,66	-1,5
(C) Custos e Perdas Correntes	98.316.659,02	96,4	102.848.348,69	93,4	4.531.689,67	4,6
Custos e Perdas Extraordinários	3.619.145,95	3,6	7.329.750,91	6,6	3.700.604,96	102,3
Total dos Custos e Perdas	101.935.804,97	100,0	110.168.099,60	100,0	8.232.294,63	8,1
PROVEITOS E GANHOS						
Vendas e Prestações de Serviços	4.220.796,07	4,5	4.812.844,80	5,0	592.048,73	14,0
Impostos e Taxas	50.885.359,06	54,8	54.054.952,64	56,5	3.169.593,58	6,2
Varição de Produção	-2.476,35	0,0	0,00	0,0	2.476,35	-100,0
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	26.511.491,46	28,6	25.593.038,51	26,8	-918.452,95	-3,5
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	2.010.850,00	2,2	2.000.000,00	2,1	-10.850,00	0,0
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	83.626.020,24	90,1	86.460.835,95	90,4	2.834.815,71	3,4
Proveitos e Ganhos Financeiros	749.238,43	0,8	603.535,00	0,6	-145.703,43	-19,4
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	84.375.258,67	90,9	87.064.370,95	91,1	2.689.112,28	3,2
Proveitos e Ganhos Extraordinários	8.419.002,17	9,1	8.528.510,90	8,9	109.508,73	1,3
Total dos Proveitos e Ganhos	92.794.260,84	100,0	95.592.881,85	100,0	2.798.621,01	3,0
Resultados Operacionais: (B) - (A)	-13.085.306,70		-14.806.735,32		-1.721.428,62	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-856.093,65		-977.242,42		-121.148,77	
Resultados Correntes: (D) - (C)	-13.941.400,35		-15.783.977,74		-1.842.577,39	
Resultados Extraordinários:	4.799.856,22		1.208.759,99		-3.591.096,23	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	-9.141.544,13		-14.575.217,75		-5.433.673,62	

Balanço

(Un: Euros)

Descrição	2013		2014		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
ACTIVO						
IMOBILIZADO	618.852.113,51	92,1	620.138.321,84	93,2	1.286.208,33	0,2
Bens de Domínio Público	94.001.107,38	14,0	90.523.855,49	13,6	-3.477.251,89	-3,7
Imobilizações Incorpóreas	432.941,02	0,1	402.619,99	0,1	-30.321,03	-7,0
Imobilizações Corpóreas	522.784.549,23	77,8	527.578.729,47	79,3	4.794.180,24	0,9
Investimentos Financeiros	1.633.515,88	0,2	1.633.116,89	0,2	-398,99	0,0
CIRCULANTE	53.379.708,52	7,9	45.038.426,49	6,8	-8.341.282,03	-15,6
Existências	384.576,53	0,1	353.434,84	0,1	-31.141,69	-8,1
Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos	58.437,62	0,0	36.754,26	0,0	-21.683,36	-37,1
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	37.611.689,83	5,6	30.605.255,03	4,6	-7.006.434,80	-18,6
Títulos Negociáveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Disponibilidades	12.177.540,77	1,8	11.353.271,24	1,7	-824.269,53	-6,8
Acréscimos e Diferimentos	3.147.463,77	0,5	2.689.711,12	0,4	-457.752,65	-14,5
TOTAL DO ACTIVO	672.231.822,03	100,0	665.176.748,33	100,0	-7.055.073,70	-1,0
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
FUNDOS PRÓPRIOS	454.560.911,86	100,0	457.842.191,61	100,0	3.281.279,75	0,7
<i>Património</i>	425.681.535,42	93,6	453.385.411,21	99,0	27.703.875,79	6,5
<i>Reservas de Reavaliação</i>	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Reservas Legais	2.352.232,01	0,5	2.512.539,42	0,5	160.307,41	6,8
Reservas Livres	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Subsídios	8.869.329,16	2,0	7.740.541,98	1,7	-1.128.787,18	-12,7
Doações	7.779.747,82	1,7	7.779.747,82	1,7	0,00	0,0
<i>Resultados Transitados</i>	6.671.919,31	1,5	-112.158,67	0,0	-6.784.077,98	-101,7
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	3.206.148,14	0,7	-13.463.890,15	-2,9	-16.670.038,29	-519,9
PASSIVO	217.670.910,17	100,0	207.334.556,72	100,0	-10.336.353,45	-4,7
<i>Provisões para riscos e encargos</i>	9.904.092,90	4,6	12.583.386,97	6,1	2.679.294,07	27,1
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	40.151.137,30	18,4	36.569.269,51	17,6	-3.581.867,79	-8,9
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	13.311.873,32	6,1	12.944.802,28	6,2	-367.071,04	-2,8
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	154.303.806,65	70,9	145.237.097,96	70,0	-9.066.708,69	-5,9
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	672.231.822,03	100,0	665.176.748,33	100,0	-7.055.073,70	-1,0

Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2013		2014		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
CUSTOS E PERDAS						
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	594.328,78	0,6	644.035,44	0,6	49.706,66	8,4
Fornecimentos e Serviços Externos	22.682.202,94	23,4	24.273.834,87	24,4	1.591.631,93	7,0
Custos com o Pessoal	29.567.608,57	30,6	29.762.283,38	29,9	194.674,81	0,7
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	9.127.108,09	9,4	9.547.296,89	9,6	420.188,80	4,6
Amortizações do Exercício	25.224.651,42	26,1	26.564.102,77	26,7	1.339.451,35	5,3
Provisões do Exercício	0,00	0,0	3.160.766,47	3,2	3.160.766,47	0,0
Outros Custos Operacionais	128.719,48	0,1	276.300,35	0,3	147.580,87	114,7
(A) Custos e Perdas Operacionais	87.324.619,28	90,3	94.228.620,17	94,8	6.904.000,89	7,9
Custos e Perdas Financeiros	831.377,64	0,9	859.794,20	0,9	28.416,56	3,4
(C) Custos e Perdas Correntes	88.155.996,92	91,1	95.088.414,37	95,6	6.932.417,45	7,9
Custos e Perdas Extraordinários	8.599.702,16	8,9	4.332.820,75	4,4	-4.266.881,41	-49,6
Total dos Custos e Perdas	96.755.699,08	100,0	99.421.235,12	100,0	2.665.536,04	2,8
PROVEITOS E GANHOS						
Vendas e Prestações de Serviços	4.663.101,94	4,7	10.615.289,65	12,3	5.952.187,71	127,6
Impostos e Taxas	47.749.439,98	47,8	40.736.034,33	47,4	-7.013.405,65	-14,7
Variação de Produção	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	294,31	0,0	0,00	0,0	-294,31	-100,0
Transferências e Subsídios Obtidos	26.269.308,20	26,3	23.482.913,53	27,3	-2.786.394,67	-10,6
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	2.100.349,46	2,1	100.000,00	0,1	-2.000.349,46	-95,2
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	80.782.493,89	80,8	74.934.237,51	87,2	-5.848.256,38	-7,2
Proveitos e Ganhos Financeiros	491.048,02	0,5	310.272,39	0,4	-180.775,63	-36,8
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	81.273.541,91	81,3	75.244.509,90	87,5	-6.029.032,01	-7,4
Proveitos e Ganhos Extraordinários	18.688.305,31	18,7	10.712.835,07	12,5	-7.975.470,24	-42,7
Total dos Proveitos e Ganhos	99.961.847,22	100,0	85.957.344,97	100,0	14.004.502,25	-14,0
Resultados Operacionais: (B) - (A)	-6.542.125,39		-19.294.382,66		-12.752.257,27	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-340.329,62		-549.521,81		-209.192,19	
Resultados Correntes: (D) - (C)	-6.882.455,01		-19.843.904,47		-12.961.449,46	
Resultados Extraordinários:	10.088.603,15		6.380.014,32		-3.708.588,83	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	3.206.148,14		-13.463.890,15		-16.670.038,29	

Apêndices

Apêndice 1: Ativo Total

Ativo Total				
Município	2011	2012	2013	2014
Matosinhos	69 701 278,64	684 047 968,23	672 231 822,03	665 176 748,33
Almada	380 182 945,73	376 428 344,18	375 701 225,64	380 034 615,44
Barcelos	276 883 790,00	284 991 056,00	277 529 631,00	265 575 384,00
Braga	506 863 728,00	518 563 187,00	551 373 706,00	600 955 318,00
Cascais	440 550 714,84	465 384 298,29	501 182 173,51	489 160 124,17
Coimbra	638 500 656,00	648 166 601,00	650 845 819,00	672 072 923,00
Gondomar	381 035 988,81	382 001 838,09	385 376 395,75	377 859 838,75
Guimarães	453 055 117,65	493 012 199,15	490 076 108,94	493 873 885,39
Leiria	213 481 937,52	236 777 406,16	249 310 874,96	282 346 078,68
Lisboa	3 542 738,00	3 525 820,00	3 639 409,00	3 026 244,00
Maia	450 852 531,00	441 311 550,00	426 136 651,00	403 719 646,00
Oeiras	456 675 162,94	469 156 425,70	529 689 651,36	535 765 031,68

Fonte: Elaboração própria

Apêndice 2: Passivo Total

Passivo Total				
Município	2011	2012	2013	2014
Matosinhos	226 324 930,04	226 973 225,32	217 670 910,17	207 334 556,72
Almada	78 923 423,59	81 693 508,47	80 256 996,58	81 161 307,80
Barcelos	70 328 358,00	86 487 347,00	85 855 303,00	79 905 764,00
Braga	125 406 729,00	128 531 924,00	141 533 128,00	142 142 748,00
Cascais	109 531 895,30	119 445 589,10	125 336 252,90	112 695 775,80
Coimbra	182 842 335,00	196 058 385,00	195 907 818,00	196 188 359,00
Gondomar	188 452 358,37	182 423 383,39	189 302 920,38	191 635 433,16
Guimarães	147 139 264,96	159 250 660,70	156 468 372,90	148 072 573,23
Leiria	123 049 196,24	111 993 346,21	107 478 470,36	129 179 666,51
Lisboa	1 675 250,00	1 285 023,00	1 420 090,00	1 195 567,00
Maia	139 106 641,00	130 215 923,00	122 688 109,00	112 437 740,00
Oeiras	78 496 657,31	75 403 002,89	100 088 446,12	106 928 232,12

Fonte: Elaboração própria

Apêndice 3: Capital Próprio

Capital Próprio				
Município	2011	2012	2013	2014
Matosinhos	470 687 148,60	457 074 742,91	454 560 911,86	457 842 191,61
Almada	301 259 522,14	294 734 835,71	295 444 229,06	298 873 307,64
Barcelos	206 555 432,00	198 503 709,00	191 674 328,00	185 669 620,00
Braga	381 456 999,00	390 031 263,00	409 840 578,00	458 812 569,00
Cascais	331 018 819,53	345 938 707,22	375 845 920,61	376 464 348,35
Coimbra	455 658 320,00	452 108 216,00	454 948 002,00	475 884 563,00
Gondomar	192 583 630,44	199 578 455,70	196 073 475,37	186 224 405,59
Guimarães	305 915 852,69	333 761 538,45	333 607 736,01	345 801 312,16
Leiria	90 432 741,28	124 784 059,95	141 832 404,60	153 166 412,17
Lisboa	1 867 486,00	2 240 798,00	2 219 319,00	1 830 676,00
Maia	311 745 890,00	311 095 627,00	303 448 541,00	291 281 906,00
Oeiras	378 178 505,63	393 753 422,81	429 601 205,24	428 838 799,56

Fonte: Elaboração própria

Apêndice 4: Resultado Líquido

Resultado Líquido				
Município	2011	2012	2013	2014
Matosinhos	-9 141 544,13	-14 575 217,75	3 206 148,14	-13 463 890,15
Almada	9 227 040,10	4 515 881,18	564 913,36	2 843 569,27
Barcelos	-4 252 252,00	-8 436 477,00	-6 954 468,00	-6 004 709,00
Braga	24 398 218,00	14 596 043,00	20 775 354,00	14 063 920,00
Cascais	10 108 527,25	980 668,44	3 433 947,40	12 738 931,97
Coimbra	4 604 174,00	5 531 770,00	1 848 438,00	3 307 691,00
Gondomar	5 615 536,16	946 892,85	-3 769 151,12	-10 406 517,23
Guimarães	9 281 157,60	27 317 534,12	7 202 494,18	1 138 505,51
Leiria	7 237 784,14	13 512 090,49	13 067 500,72	11 456 962,11
Lisboa	117 768,00	402 483,00	9 082,00	15 095,00
Maia	-3 988 147,00	-5 380 934,00	-7 423 189,00	-910 654,00
Oeiras	-1 587 563,56	10 005 666,08	34 682 804,89	31 495 188,03

Fonte: Elaboração própria

Apêndice 5: Imobilizado Líquido

Imobilizado Líquido				
Município	2011	2012	2013	2014
Matosinhos	643 829 040,32	633 925 044,32	618 582 113,51	620 138 321,84
Almada	33 557 908,67	331 623 892,80	331 497 550,88	332 436 669,93
Barcelos	258 056 057,00	243 459 214,00	238 496 619,00	228 279 284,00
Braga	490 906 709,00	511 111 508,00	541 020 223,00	561 930 087,00
Cascais	426 439 409,30	451 999 005,10	484 023 684,30	467 522 864,30
Coimbra	607 259 955,00	614 420 127,00	617 394 760,00	634 028 743,00
Gondomar	371 595 885,02	374 138 803,12	373 590 935,91	370 627 054,20
Guimarães	441 067 046,77	459 183 162,18	441 275 289,61	440 458 426,10
Leiria	204 531 332,17	206 405 271,60	212 220 964,03	234 681 812,64
Lisboa	3 127 950,00	3 130 638,00	3 185 185,00	2 659 069,00
Maia	436 921 816,00	423 191 278,00	409 418 402,00	390 661 835,00
Oeiras	440 973 198,30	449 672 669,61	489 753 596,30	500 740 690,82

Fonte: Elaboração própria

Apêndice 6: Capitais Permanentes

Capitais Permanentes				
Município	2011	2012	2013	2014
Matosinhos	530 873 612,83	522 786 562,23	515 933 780,34	494 712 049,16
Almada	351 222 173,32	343 476 728,03	334 410 548,42	336 244 815,47
Barcelos	231 500 196,00	220 863 555,00	213 436 092,00	206 916 369,00
Braga	457 477 098,00	459 710 531,00	472 598 102,00	515 308 396,00
Cascais	331 018 819,54	391 401 973,36	417 811 044,68	415 942 244,15
Coimbra	509 613 420,00	505 174 792,00	508 038 260,00	526 634 104,00
Gondomar	306 881 555,67	308 356 509,59	295 983 470,02	281 091 376,68
Guimarães	368 863 340,21	391 881 323,31	389 385 988,04	395 231 842,92
Leiria	149 292 522,70	171 120 138,78	181 909 306,37	205 239 478,86
Lisboa	2 493 768,00	2 562 449,00	2 607 389,00	2 316 348,00
Maia	356 636 352,00	348 277 518,00	333 165 627,00	316 274 990,00
Oeiras	415 843 657,31	427 519 515,54	484 231 977,31	479 289 418,39

Fonte: Elaboração própria

Apêndice 7: Dívidas a Curto Prazo

Dívidas a CP (Passivo)				
Município	2011	2012	2013	2014
Matosinhos	34 424 480,59	19 478 977,53	13 311 873,32	12 944 802,28
Almada	6 984 396,29	6 204 135,39	7 031 170,11	8 163 264,92
Barcelos	14 340 876,00	7 373 372,00	5 414 601,00	3 546 947,00
Braga	5 758 514,00	8 789 266,00	13 113 332,00	13 533 033,00
Cascais	479 898 850,90	53 515 976,14	62 939 384,86	42 365 762,29
Coimbra	20 907 476,00	18 581 079,00	15 574 451,00	15 255 889,00
Gondomar	11 428 684,52	6 890 629,81	11 322 658,30	15 030 545,28
Guimarães	20 128 007,91	17 618 456,35	14 959 220,49	12 989 830,08
Leiria	11 886 712,77	10 599 892,36	8 136 600,30	8 528 238,02
Lisboa	433 613,00	338 115,00	351 940,00	237 733,00
Maia	25 428 351,00	21 518 630,00	20 304 318,00	12 669 467,00
Oeiras	18 772 359,68	15 530 757,22	21 678 584,92	20 402 785,79

Fonte: Elaboração própria

Apêndice 8: Dívidas a Médio e Longo Prazo

Dívidas a MPL (Passivo)				
Município	2011	2012	2013	2014
Matosinhos	45 246 631,74	40 951 574,74	58 437,62	36 754,26
Almada	49 962 651,18	48 741 892,32	38 966 319,36	37 371 507,83
Barcelos	24 944 764,00	22 359 846,00	21 761 764,00	21 246 749,00
Braga	76 020 099,00	69 679 268,00	62 757 524,00	56 495 827,00
Cascais	37 222 052,83	45 463 266,14	41 965 124,07	39 477 895,80
Coimbra	53 955 100,00	53 066 576,00	53 090 258,00	50 749 541,00
Gondomar	114 297 925,23	108 778 053,89	99 909 994,65	94 866 971,09
Guimarães	62 947 487,52	58 119 785,36	55 778 252,03	49 430 530,76
Leiria	58 859 781,42	46 336 078,83	40 076 961,77	52 073 066,69
Lisboa	626 282,00	321 651,00	388 070,00	485 672,00
Maia	44 890 462,00	37 181 891,00	29 717 086,00	24 993 084,00
Oeiras	37 665 273,69	33 766 092,73	54 630 772,07	50 450 618,83

Fonte: Elaboração própria

Apêndice 9: Receitas Próprias do Município de Matosinhos

Receitas Próprias do Município de Matosinhos				
	2011	2012	2013	2014
Impostos diretos	41 825 051,78	43 741 901,90	37 743 776,41	39 159 106,81
Impostos indiretos	3 873 677,88	3 089 102,80	8 007 628,49	3 522 355,33
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2 490 479,78	1 839 461,81	3 221 151,74	1 860 799,81
Rendimentos de propriedades	3 580 946,41	3 351 195,82	3 484 671,03	4 123 663,80
Transferências correntes	26 940 734,25	25 708 951,12	27 761 733,62	23 398 559,66
Vendas e Bens e Serviços Corrente	6 797 339,29	6 757 704,06	5 621 323,30	6 803 593,32
Outras	349 202,62	805 907,45	728 492,21	792 504,30
Total Receitas Correntes	85 857 432,01	85 294 224,96	86 568 776,80	79 660 583,03
Vendas de Bens de Investimento	221 420,00	1 543,75	5 745,55	10 491,30
Transferência de capital	20 830 653,01	18 646 562,06	12 221 364,55	4 799 623,55
Ativos Financeiros	50768,36	10536,76	12825,36	21683,36
Passivos Financeiros	10 789 808,72	6313825,4	3134116,48	2845225,18
Outras Receitas	92 124,97	0,00	0,00	227 920,70
Total Receitas de capital	31 984 775,06	24 972 467,97	15 374 051,94	7 904 944,09
Total Transferência	47 771 387,26	44 355 513,18	39 983 098,17	28 198 183,21
Total Receitas Próprias	59 281 011,09	59 597 354,35	58 825 614,09	56 522 118,73
Total Receitas Total	117 842 207,07	110 266 692,93	101 942 828,74	87 565 527,12

Fonte: Elaboração própria com base no relatório de gestão

Apêndice 10: Evolução da Estrutura Financeira

Rácio		2011	2012	2013	2014
Evolução da estrutura financeira	Receitas próprias	50,3%	54,0%	57,7%	64,5%
	Receitas totais				
	Transferências	40,5%	40,2%	39,2%	32,2%
	Receitas totais				
	Passivo Financeiro	9,2%	5,7%	3,1%	3,2%
	Receitas totais				

Fonte: Elaboração própria

Receitas próprias = impostos diretos + impostos indiretos + taxas, multas e outras penalidades + rendimentos de propriedade + venda de bens e serviços correntes + ativos financeiros + outras receitas de capital.

IF= Receita Própria / Receita Total > 50% sendo,

Receita Própria = Receita Total – Transferências OE – Passivos

Apêndice 11: Peso das receitas próprias com a população

População do Município de Matosinhos				
População	2011	2012	2013	2014
	175478	175321	174690	175478

Fonte: Elaboração própria com base no censo 2011

Rácio		2011	2012	2013	2014
Peso das receitas próprias com a população	Receitas Próprias	337,54 €	339,87 €	336,67 €	321,98 €
	População				

Fonte: Elaboração própria com base no censo 2011

Apêndice 12: Rácios de Autonomia Financeira e Solvabilidade do Município de Matosinhos

R		2011	2012	2013	2014
Autonomia Financeira	Fundos Próprios	67,53%	66,82%	67,62%	68,83%
	Ativo Total Líquido				
Rácio		2011	2012	2013	2014
Solvabilidade	Fundos Próprios	207,97%	201,38%	208,83%	220,82%
	Passivo				

Fonte: Elaboração própria

Apêndice 13: Rácios de Cobertura de Imobilizado por Capitais Permanentes (CIPPs) e Cobertura de Imobilizado por Capitais Próprios (CIPpróprios) do Município de Matosinhos.

Rácio		2011	2012	2013	2014
(CIPPs)	Capitais permanentes	80,14%	78,56%	79,94%	79,73%
	Imobilizado Líquido				
Rácio		2011	2012	2013	2014
CIPpróprios)	Capital Próprio	73,11%	97,11%	73,45%	73,83%
	Imobilizado Líquido				

Fonte: Elaboração própria

Capitais permanentes = capitais próprios + dívidas a terceiros de médio e longo prazo

Apêndice 14: Rácios de Endividamento de MLP e Endividamento de Curto Prazo (Matosinhos)

Rácio		2011	2012	2013	2014
Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	6,49%	5,99%	5,97%	5,50%
	Ativo líquido				
Rácio		2011	2012	2013	2014
Endividamento de curto prazo	Dívidas de curto prazo	4,94%	2,85%	1,98%	1,95%
	Ativo líquido				

Fonte: Elaboração própria

Apêndice 15: Teste de *Kruskal-Wallis*

Ano	N	Mean Rank	
Endividamento	2011	12	24,83
	2012	12	25,08
	2013	12	25,00
	2014	12	23,08
	Total	48	
Rendibilidade do Ativo	2011	12	26,21
	2012	12	25,96
	2013	12	23,25
	2014	12	22,58
	Total	48	
Dimensão	2011	12	17,96
	2012	12	25,83
	2013	12	27,13
	2014	12	27,08
	Total	48	
Composição do Ativo	2011	12	31,50
	2012	12	26,04
	2013	12	19,29
	2014	12	21,17
	Total	48	
Crescimento	2011	12	28,04
	2012	12	24,63
	2013	12	25,33
	2014	12	20,00
	Total	48	

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Apêndice 16: Análise da Liquidez

Rácio		2011	2012	2013	2014
Liquidez geral	Ativo circulante	1,54	2,57	4,01	3,48
	Passivo circulante				
Liquidez Imediata	Disponibilidade	0,2	0,43	0,91	0,88
	Passivo circulante				
Liquidez Reduzida	Ativo circulante - Existências	1,53	2,56	3,98	3,45
	Passivo circulante				

Fonte: Elaboração própria

Ativo circulante = disponibilidade + aplicações financeiras de curto prazo + créditos de curto prazo + existências+ acréscimos e diferimentos.

Passivo circulantes = dívidas a terceiros a curto prazo.

Apêndice 17: Hipóteses e o Sinal esperado

Hipótese 1: Existe uma associação positiva entre a dimensão do Município e o seu nível de endividamento.	Positivo
Hipótese 2: Existe uma associação negativa entre a rendibilidade e o nível de endividamento	Negativo
Hipótese 3: Quanto maior for o valor dos ativos do Município maior será o seu nível de endividamento	Positivo
Hipótese 4: Existe uma associação positiva entre a rendibilidade do ativo e o crescimento do Município	Positivo
Hipótese 5: Existe uma associação positiva entre a dimensão do Município e a rendibilidade do ativo.	Positivo

Fonte: Elaboração própria